A Campanha Militar de Cuito Cuanavale (1987-1988):

Uma análise baseada na Teoria da Guerra de Clausewitz

RESUMO

Esta monografia teve como objetivo realizar uma análise clausewitziana da campanha militar de Cuito Cuanavale. A partir do acesso a documentação primária, pretendeu-se compreender porque a ofensiva militar de 1987/88 foi o centro de gravidade da guerra civil angolana, da guerra de fronteira sul-africana e da Guerra Fria na África Austral. Para isso, buscou-se perceber quais os motivos que levaram os atores envolvidos na ofensiva de 1987 a optarem, primeiramente, por uma solução militar para os conflitos no sul de Angola, e porque eles optaram, posteriormente, por uma solução política da guerra. Conclui-se que Cuito Cuanavale marcou o fim de um processo histórico que teve início em 1948, pondo fim a guerra de fronteira na África do Sul e afastando as potências mundiais dos conflitos na África Austral, além de abrir o caminho para as negociações em torno da reconciliação nacional de Angola.

Palavras-chave: Angola, Cuito Cuanavale, Guerra de Fronteira, Clausewitz, Teoria da Guerra.

ABSTRACT

This essay aimed to conduct a Clausewitzian analysis of the military campaign of Cuito Cuanavale. We intended to understand why the military offensive of 1987/88 was the center of gravity of the Angolan civil war, the South African Border War and the Cold War in Southern Africa. For this, we sought to understand the reasons that led the actors involved in the offensive of 1987 to choose, first, a military solution to the conflict in Southern Angola and why they have chosen, later, a political solution to the war. The essay concludes that Cuito Cuanavale signaled the end of a historical process that began in 1948, ending the South African Border War and moving away the world powers of the conflicts in Southern Africa, beyond opening the way for negotiations on national reconciliation in Angola.

Keywords: Angola, Cuito Cuanavale, Border War, Clausewitz, Theory of War.

LISTA DE MAPAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA	Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency*)
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CNA	Congresso Nacional Africano
CONSAS	Constelação dos Estados da África Austral (*Constellation of Southern African States*)
CP	Partido Conservador (*Conservative Party*)
DOFA	Departamento de Relações Exteriores da África do Sul (*Department of Foreign Affairs*)
ENT	Estratégia Nacional Total
FAPLA	Forças Armadas Populares de Angola
FAR	Forças Armadas Revolucionárias de Cuba
FLS	Estados da Linha de Frente (*Frontline States*)
FNLA	Frente Nacional pela Libertação de Angola
MPLA	Movimento pela Libertação de Angola
NP	Partido Nacional (*National Party*)
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PCC	Partido Comunista de Cuba
PFP	Partido Federal Progressista (*Progressive Federal Party*)
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SADCC	Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Coordination Conference*)
SADF	Força de Defesa da África do Sul (*South African Defence Force*)
SWAPO	Organização do Povo da África do Sudoeste (*South West Africa People's Organization*
UNITA	União Nacional pela Independência Total de Angola
UNTAG	Grupo de Assistência das Nações Unidas para a Transição (*United Nations Transition Assistance Group*)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A região da África Austral[1] possui uma história de conflito e violência significativa. A presença de operações de desestabilização, de guerras civis e de guerras interestatais nos permite afirmar que a dimensão de segurança na região sempre foi relevante. No entanto, o processo de descolonização do continente africano e a inserção da África Austral nas dinâmicas da Guerra Fria acentuaram os conflitos nas décadas de 1970 e 1980. Além disso, a implantação do regime de segregação racial na África do Sul e as lutas de libertação nacional nos países vizinhos criaram uma clara distinção e tensão entre os países apoiados pelos sul-africanos e os países que pretendiam se desvincular deles.

Até o fim do regime do *apartheid* na África do Sul, a região conviveu com esta dicotomia e diversos conflitos. Dentre estes, a campanha militar ocorrida em Cuito Cuanavale (cidade situada no sudeste de Angola), entre os anos de 1987 e 1988, destacou-se por ser o último combate de grande peso entre os países da região e pelas suas conseqüências futuras. Tendo como objetivo militar a retomada do controle do território angolano a sudeste do rio Cuito, a campanha começou com o deslocamento das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) para a cidade de Mavinga, que era controlada pela União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA). No entanto, apesar de iniciar-se em 1987, como parte da guerra civil angolana, a campanha logo envolveu o regime de exceção sul-africano e sua guerra de fronteira[2].

A campanha de Cuito Cuanavale chama a atenção pelo número de países envolvidos e pelo armamento e tática utilizados. Contando com a participação das FAPLA, força militar regular do Estado angolano – governado pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) –, e do braço armado da UNITA, o conflito envolveu as Forças Armadas da África do Sul (SADF) e as Forças Armadas Revolucionárias de Cuba (FAR), que entraram na guerra com a escalada sul-africana. Porém, além da participação direta dessas tropas nos conflitos, a campanha também contou com o envolvimento das duas potências mundiais como colaboradores no conflito, inserindo as ofensivas nas dinâmicas da Guerra Fria.

---

[1] Na literatura acadêmica atual, referente à segurança regional, se convencionou delimitar a África Austral aos

[2] A Guerra de Fronteira Sul-africana (*South African Border War*) ficou conhecida por ser uma das maiores guerras do continente africano, tanto pela sua duração, já que os primeiros conflitos começaram em 1966 e se estenderam até 1989, quanto pelo número de países envolvidos.

Mapa 01 – Mapa político da África Austral atual. Retirado de: WILLIAMS, 2008, p.14

A conclusão da campanha militar, em 1988, foi fruto das negociações realizadas na tentativa de pôr fim às hostilidades. A partir daí, os pontos de discussão das negociações pautaram-se pela retirada das tropas sul-africanas e cubanas da região e pela solicitação da implementação da resolução da ONU que previa a retirada da África do Sul da região que hoje corresponde à Namíbia. Ambos os lados declararam-se vitoriosos, e ainda hoje a

campanha é relembrada pelas lideranças angolanas, cubanas e sul-africanas como uma derrota do regime de exceção da África do Sul.

Tendo isto em mente, o trabalho de conclusão de curso pretende analisar *porque a campanha militar de Cuito Cuanavale foi o centro de gravidade da guerra civil angolana, da guerra de fronteira sul-africana e da Guerra Fria na África Austral*. A hipótese sugerida é que Cuito Cuanavale representou o fim de um processo histórico que teve início em 1948, com a implantação do regime de segregação racial sul-africano. Considerando a premissa de que esse período de tempo neste espaço delimitado foi caracterizado pelos conflitos internos em Angola, pelos processos de desestabilização do regime de Pretória e pela ingerência das duas superpotências, e que essas mesmas características formavam a base da guerra civil angolana, da guerra de fronteira sul-africana e da Guerra Fria na região, parece lógico argumentarmos que as descontinuidades criadas por Cuito Cuanavale podem ter provocado uma inflexão nas guerras – doméstica, regional e internacional – que até o momento se desenvolviam no sudoeste da África Austral.

Neste sentido, a pesquisa restringe-se ao período de 1948 a 1994, tendo em vista os antecedentes e o contexto histórico em que a campanha se insere, assim como suas conseqüências e relevância. Ou seja, a descolonização da África Austral no pós-Segunda Guerra e a Guerra Fria são considerados fatores importantes para a compreensão da dimensão de segurança regional no final da década de 1980, momento em que se desenrola a campanha militar. Do mesmo modo, admite-se que a campanha afetou o cenário securitário da África Austral até, pelo menos, o ano de 1994, marcado pelo fim do regime do *apartheid* e pela assinatura dos acordos de Lusaka entre o MPLA e a UNITA. Quanto ao recorte espacial, utilizam-se os níveis de análise de Buzan e Waever[3] para a análise do objeto de pesquisa. A campanha, que ocorre no sudeste de Angola e norte da Namíbia, está inserida na África Austral. No entanto, tendo em vista o nível global de análise, é preciso incluir as duas superpotências mundiais na região

O trabalho divide-se em três capítulos que tentam, também, responder a questões secundárias, as quais nos remetem e nos auxiliam a responder o problema-questão. O primeiro capítulo analisa quais foram os caminhos que levaram a Cuito Cuanavale, de forma a encontrar os eventos históricos que explicam o desenvolvimento conflituoso da África Austral. O segundo capítulo, questiona o porquê os países envolvidos nos conflitos do sul de Angola optaram pela guerra, tendo em vista os fins políticos que eles perseguiam e como

---

[3] Cf. BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers**: the structures of international security. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.

criou-se uma situação onde o uso de força militar mostrou-se mais vantajoso. Por fim, o terceiro capítulo, analisa o porquê estes mesmos países optaram por uma saída negociada da guerra, levando em consideração como as estratégias militares permitiram, ou não, alcançar os fins políticos na mesa de negociações.

Para isso, faz-se uso ampla documentação primária[4], especificamente:

- Biografias e memórias de personalidades envolvidas nos eventos, nomeadamente o Assistente Adjunto dos EUA para Assuntos Africanos, Chester Crocker, o então Ministro da Defesa sul-africano e o Chefe da SADF, Maguns Malan e Jannie Gendelhuys, além do tenente-coronel soviético Zhdarkin, do coronel soviético Mityaev e do tenente soviético Alekseevsky.
- Discursos e entrevistas feitas por Fidel Castro de 1959 até 1996, disponibilizadas pela base de dados da *Latin American Network Information Center* (LANIC).
- Documentos do Departamento de Relações Exteriores da África do Sul, disponibilizados pela base de dados Aluka.
- Documentos do Departamento de Defesa da África do Sul, disponibilizados pelo Arquivo do Departamento de Defesa sul-africano.
- Debates do Parlamento da África do Sul entre 1987 e 1988, disponibilizados pela biblioteca do Parlamento sul-africano
- Resoluções da ONU referentes à Namíbia e a Angola.

Referenciais teórico-metodológicos

O desenvolvimento de um trabalho de pesquisa que utilize como objeto de estudo a Campanha de Cuito Cuanavale perpassa questões tanto históricas quanto historiográficas. Se, por um lado, a análise dessa campanha militar justifica-se pelas proporções militares que ela assume e pelos seus resultados e implicações na dimensão de segurança da África Austral pós anos 1990, por outro lado, esta pesquisa insere-se em uma nova historiografia militar[5], a qual

[4] A partir desta pesquisa, uma vasta documentação foi encontrada, apesar de apenas parte dela ser utilizada neste trabalho, tanto por motivos temporais quanto por motivos espaciais. A visita aos arquivos e acesso à base de dados locais resultou, além da documentação relatada acima, em 160 documentos do Departamento de Relações Exteriores da África do Sul; artigos de janeiro de 1986 a dezembro de 1990 da revista oficial da SADF, a *Paratus*; documentos diversos dos arquivos do Departamento de Defesa da África do Sul, entre os quais mapas táticos, relatos das operações e descrições da estratégia nacional de defesa.

[5] O termo "Nova História Militar" refere-se às novas tendências da historiografia brasileira sobre a temática, surgidas na última década do século XX. Cf. CASTRO et al, 2004, p. 23.

possui estudos ainda incipientes, mas onde a problemática principal da investigação científica recai sobre a análise das batalhas militares.

Somam-se a isto as questões envolvendo a escrita da história militar no Brasil. Como bem demonstra Castro et al (2004, p. 11-42), se no começo do século XX a história militar escrita no Brasil esteve atrelada a uma tradição histórica positivista, a segunda metade do século foi marcada por mudanças políticas no país que modificaram a maneira dos historiadores lidarem com a temática. Com o regime militar veio também uma preocupação maior com a história política das Forças Armadas, sendo a guerra tratada como um objeto de estudo secundário. Para os autores, apenas o advento da nova história militar, em meados dos anos 1990, conseguiria, por fim, atingir novas interpretações para antigas questões.

Contudo, mesmo essa nova história militar exclui um dos principais fatores desta temática: a guerra. Castro et al (2004, p. 28) pontuam isto quando escrevem que "talvez os historiadores sociais das organizações militares, às vezes fascinados com a vida cotidiana, tenham negligenciado a proposta principal da vida militar: travar batalha com o inimigo". Na historiografia militar brasileira, poucos são os trabalhos que utilizam um arcabouço teórico a partir do qual seja possível pesquisar a guerra, utilizando categorias analíticas úteis para o estudo deste fenômeno, mas sem descuidar dos fatores sociais e econômicos que o perpassam. Este trabalho de pesquisa, em específico, irá recorrer aos referenciais teóricos de Clausewitz[6]. É de Clausewitz que conceitos fundamentais para esta pesquisa, como tática, estratégia, guerra e política são retirados. E é a partir das leituras do *Da Guerra*, feitas no decorrer da segunda metade do século XX, que alguns pontos foram aprimorados para a compreensão da guerra, em especial a leitura feita por Peter Paret, em *Clausewitz and the State*, na qual o pesquisador demonstra o papel decisivo da história na construção teórica de Clausewitz, e de Raymond Aron, em *Paz e Guerra entre as Nações* e *Pensar a Guerra, Clausewitz*, o qual faz uma leitura política do *Da Guerra*. Além disso, também se faz uso dos estudos clausewitzianos desenvolvidos por Echevarria, em *Clausewitz and Contemporary War* e a contribuição de pesquisadores do Grupo de Estudos Estratégicos do COPPE/UFRJ[7].

---

[6] Carl von Clausewitz foi um militar prussiano e é considerado um importante estrategista militar e teórico da guerra. Tendo sua obra publicada após a sua morte, o *Da Guerra*, de 1832, tornou-se leitura obrigatória para qualquer pesquisador que pretenda estudar o fenômeno da guerra.

[7] COPPE - Instituto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia.

Clausewitz considera que a guerra é um "ato de força para compelir nosso inimigo a fazer nossa vontade" [8] e que ela, conforme sua proposição mais conhecida, é a continuação da política por outros meios. Para ele, "a guerra não é meramente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, a continuação das relações políticas, conduzida por outros meios" [9]; ou seja, a guerra não é um fim em si mesmo, nem a vitória o objetivo final. Mantendo o foco dos estudos da guerra no combate, Clausewitz também desenvolveu os conceitos de tática e estratégia, que formariam parte do instrumental analítico da Teoria da Guerra. Ao passo que a tática é o emprego das forças combatentes no enfrentamento, a estratégia é o emprego destes enfrentamentos em função dos fins da guerra. [10]

No entanto, uma pequena distinção nos ajuda a refletir melhor a problemática da guerra e o problema-questão pesquisado. Como Aron (1986, p. 369) demonstra, há diferenças entre os objetivos militares e o fim político da guerra, ou os fins na guerra e os fins da guerra. Em um sistema hierárquico de meios e fins, os objetivos militares seriam o fim último de uma campanha ou guerra, mas também um meio para atingir os fins políticos, os quais perpassam pela guerra, ao passo que esta, como afirma Clausewitz, é uma continuação da política por outros meios. Ou seja, a própria guerra seria um meio para atingir um fim político, que Aron (1986, p. 154-158) detecta como sendo a paz, ou uma certa paz.

Seguindo este raciocínio, Aron (1986, p. 169) conclui que a estratégia muda, necessariamente, segundo o fim político da guerra, mas ressalva que a estratégia é feita levando em consideração tanto questões políticas quanto militares. Deste modo, como a estratégia militar é determinada pelos fins políticos, mas é construída tendo em conta o local, momento e efetivos envolvidos nos combates, os fins políticos, apesar de não serem determinados pela estratégia, sofrem sua influência. Em outras palavras, haveria finalidades em cada nível de análise, as quais se condicionariam mutuamente, mas não com a mesma intensidade, tendo em vista uma hierarquização dos fins, onde determinadas finalidades estão subordinadas a outras superiores.

Desta forma, para que estes conceitos consigam auxiliar a exploração do problema-questão, se faz necessário operacionalizar a pesquisa em torno dos fins políticos e da

[8] CLAUSEWITZ, 2007, p. 13, tradução nossa.
[9] Ibid, p. 28, tradução nossa.
[10] Ibid., p. 74.

estratégia. Em função disso, propõe-se utilizar a análise crítica (*kritik*) de estudos históricos[11], proposta por Clausewitz, juntamente com os Estudos de Caso.

Mapa 02 – Mapa da Namíbia e da região sul de Angola. Adaptado de: HEITMAN, 1991, p. 6.

[11] Conforme Duarte (2009, p. 152-162), a análise crítica seria composta de três fases, a partir das quais seria possível compreender a realidade da guerra. A primeira fase do método envolve a compilação dos dados e eventos suficientes para o estudo, tais como o contexto político, o contexto social e o contexto militar. Conforme Duarte (2009, p. 155), através disto seria possível "delinear as tendências dominantes de uma guerra particular e ainda suas condições de possibilidades de variação". Na segunda fase, é feita uma explanação da campanha sob o prisma da Teoria da Guerra, no intuito de afastar-se de uma descrição histórica. Neste momento, os dados previamente obtidos sobre o contexto político, social e militar seriam analisados a partir do arcabouço teórico oferecido por Clausewitz, de forma a compreender as relações de causalidades envolvidas na campanha. Para tal, Duarte (2009, p. 158) argumenta que "a inferência dos meios da guerra deve ser a solução para a maioria dos impasses de causalidade no estudo de uma campanha", tendo em vista a aplicação dos meios resultar em determinados efeitos intrínsecos a estes. Deste modo, seria então possível analisar como estes meios foram utilizados e se eles atendem a intenções prévias. Mas para isto, as experiências compiladas precisam ser contrapostas as três principais categorias conceituas da teoria: a tática, a estratégia e a política. Por fim, a terceira fase compreende a crítica às decisões tomadas nos diferentes níveis de análise, mas sem considerar informações surgidas *a posteriori*. O momento final da metodologia clausewitziana pretende contrapor a teoria à prática, no intuito de perceber os erros e acertos táticos, estratégicos e políticos da campanha. Ou seja, a fase final pretende fazer uma avaliação dos meios da guerra em relação aos seus fins, procurando por contra-exemplos e demonstrando quais meios mostraram-se um equívoco no plano de guerra para a obtenção de determinados objetivos.

1 O CAMINHO PARA CUITO CUANAVALE

Em 2008, o então Ministro dos Serviços de Inteligência sul-africano, Ronnie Kasrils, realizou uma palestra na Universidade de Rhodes intitulada "Ponto de viragem histórico em Cuito Cuanavale" [12], fazendo alusão a uma frase de Nelson Mandela sobre como os eventos ocorridos no final da década de 1980, no sudeste angolano, produziram uma inflexão no cenário doméstico e regional dos países da África Austral. Durante a palestra, o ministro também citou Fidel Castro, ao fazer referência à frase do ex-presidente cubano sobre como a história da África seria dividida entre antes e depois de Cuito Cuanavale. Retórica à parte, o discurso de Kasrils não somente ressalta a importância do desfecho da campanha militar iniciada em 1987, como também remete às descontinuidades de um período histórico marcado pela implantação do regime de segregação racial da África do Sul e pelas lutas de libertação nacional dos países vizinhos. Por isso, nesta primeira seção analisam-se os antecedentes históricos de Cuito Cuanavale, de forma a encontrar as raízes do cenário conflituoso da segunda metade da década de 1980.

1.1 O regime de Pretória

A vitória do Partido Nacional (NP – *National Party*) sul-africano nas eleições de 1948 na África do Sul foi um ponto de inflexão na história do país. No plano doméstico, com a subida ao poder e a formação de um gabinete governamental africânder, o NP aprofundou e aprimorou o aparato constitucional que sustentava a segregação racial sul-africana, lançando as bases do regime do *apartheid*[13]. No plano internacional, a conservação e a proteção do regime influenciaram a política externa da África do Sul, exercendo um papel importante na dimensão de segurança da África Austral e inserindo a região na dinâmica da Guerra Fria.

Até meados da década de 1970, o Estado sul-africano desfrutou de certa tranqüilidade regional, fruto dos Estados tampões[14] que o cercavam. A oeste e leste havia as colônias portuguesas de Angola e Moçambique, respectivamente, enquanto no norte ficavam a colônia e o protetorado britânico da Rodésia do Sul e da Bechuanalândia. Junto com o território

[12] KASRILS, 2008, p. 1, tradução nossa.

[13] Cornevin (1982, p. 25) argumenta que o sistema de segregação racial remonta ao começo do século XX, quando os sul-africanos ainda estavam sob o domínio dos ingleses e uma legislação baseada na pertença a determinados grupos raciais foi implantada.

[14] O termo Estado tampão é emprestado da Geografia Política e refere-se a um Estado situado entre duas potências rivais e hostis, servindo como amortecedor de conflitos. No caso da África Austral deste período, ele refere-se aos Estados que protegem a África do Sul de governos hostis à política do *apartheid*.

correspondente à atual Namíbia – chamado pelos africânderes de África do Sudoeste e ocupado pela África do Sul desde 1921 – estes países formavam um cordão sanitário[15] para o regime de Pretória, o que o levou a formar alianças com as lideranças coloniais no intuito de reforçar a posição destes Estados tampões[16]. A preocupação com o vácuo de segurança que a saída das metrópoles européias poderia causar é percebido no relatório do Capitão Dymond ao Comandante-General das Forças Armadas da África do Sul, em que relata sua visita a Moçambique, no intuito de inspecionar as instalações militares portuguesas:

> É óbvio que a maior desvantagem dos portugueses na manutenção da segurança de suas províncias africanas é que aquelas províncias estão cercadas por Estado negros africanos hostis. Caso os portugueses percam uma ou ambas as províncias, então isso se tornaria um problema sério para a África do Sul. [...] parece de caráter vital para a África do Sul que os portugueses permaneçam na África a qualquer custo. (DYMOND, 1962, p. 2, tradução nossa)

Apesar da preocupação que o cerco de "Estados negros africanos hostis" pudesse causar à África do Sul, as independências da década de 1960 de Suazilândia, Lesoto e Botsuana não transformaram o cenário de segurança na região, nem causaram maiores problemas securitários ao regime de Pretória. Neste momento, o potencial econômico sul-africano e seu esforço em manter as novas nações sobre a sua esfera de influência, através do setor econômico, ajudou a manter a balança de poder na África Austral favorável à África do Sul.

No entanto, a imagem internacional do país estava prejudicada em função das questões envolvendo sua política segregacionista e o impasse quanto ao território ocupado da Namíbia[17]. Após a Segunda Guerra Mundial e reformulação do sistema internacional, a África do Sul solicitou a incorporação do território a oeste de seu país, mas não só teve seu pedido negado, como também se deparou com a solicitação da Organização das Nações Unidas (ONU) para que houvesse a submissão do mandato ao novo Sistema Internacional de Tutela. Com o argumento de que a ONU não era a sucessora direta da Liga das Nações, a África do

---

[15] A expressão cordão sanitário (ou no original, *cordon sanitaire*) é utilizado por alguns pesquisadores para se referir à barreira que os Estados tampões formavam em volta da África do Sul, protegendo e isolando-a do resto do continente africano. Cf. DOCPKE, 1998, p. 137-142.

[16] Cf. DAVIES; O'MEARA, 1985, p. 186

[17] O território correspondente à atual Namíbia foi um protetorado alemão até o fim da Primeira Guerra Mundial. No entanto, a derrota alemã na guerra e a ocupação sul-africana do território durante os conflitos, em nome da coroa britânica, renderam à África do Sul o controle do território, sob o mandato da Liga das Nações. Para uma visão mais ampla do processo de ocupação do território pela África do Sul ver: HERBSTEIN & EVENSON, 1989.

Sul recusou-se a aceitar o pedido e, a partir de 1949, aprovou a incorporação de dez representantes da Namíbia ao parlamento sul-africano. A intransigência africânder levou a ONU a solicitar o julgamento da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre a matéria e a reagir através de resoluções aprovadas pela Assembléia Geral, afastando mais o Estado sul-africano da organização. O então presidente sul-africano, P.W. Botha, em um discurso feito na Assembléia Nacional em 24 de Agosto de 1988, afirmou que cada vez "mais e mais as Nações Unidas transformaram-se em um fórum para forjar uma frente conjunta contra a África do Sul" [18].

Os EUA, por sua vez, evitaram condenar publicamente ou impor sanções sobre a África do Sul. O aumento das tensões na Guerra Fria fez o país priorizar a agenda anticomunista em contraposição as questões envolvendo o regime do *apartheid*, o que terminou por ser uma linha de raciocínio constante até meados da década de 1980. Davies (2007, p. 11, tradução nossa) também argumenta que "tampouco Washington queria chamar atenção para os seus próprios emergentes dilemas dos direitos civis". Entre 1969 e 1970, o governo Nixon fez uma revisão da política estadunidense para a África Austral, optando por uma maior aproximação com o governo branco da África do Sul, ao reconhecer que "os brancos estão aqui para ficar e que o único caminho através do qual uma mudança construtiva pode acontecer é através deles" [19]. Assim, a nova política externa de Nixon e Kissinger assumiu que o isolamento dos regimes brancos na África Austral não favorecia modificações na política interna destes países e que os ganhos políticos feitos através da violência somente davam oportunidades ao aparecimento do comunismo. Por isso, uma política de redução do isolamento político e das restrições econômicas foi escolhida.

[18] ÁFRICA DO SUL, 1988, p. 15500, tradução nossa. Em 1950, a ONU levou à CIJ o caso namibiano. A corte acordou que o mandato da Liga das Nações ainda era válido, mas que África do Sul não estava legalmente obrigada a se submeter ao Sistema de Tutela das Nações Unidas. A decisão desfavorável fez com que a Assembléia Geral da ONU expedisse em 1966 a Resolução 2145, a qual acabava com o mandato da Liga das Nações e colocava o território em disputa sob o controle do Conselho das Nações Unidas para a África do Sudoeste, criado em 1967. Ainda em acordo com sua política, a Assembléia Geral da ONU modificou o nome da África do Sudoeste para Namíbia, através da Resolução 2372, e o Conselho de Segurança aceitou o fim do mandato sul-africano sobre o território, mas não impôs sanções ao país. Em 1971, uma nova solicitação da ONU junto à CIJ resultou no reconhecimento da corte quanto à ilegalidade da ocupação sul-africana. Cf.: DAVIES, 2007, p. 6-13 e HERBSTEIN; EVENSON, 1989, p. 1-33.

[19] EUA, 1969, tradução nossa. A solicitação de uma revisão desta política foi feita através do Memorando de Estudo da Segurança Nacional Nº 39, de 1969, o qual resultou em um memorando com cinco opções estratégicas para a política dos EUA para a África Austral.

1.2 Mudanças na balança de poder

Entretanto, em meados da década de 1970, mudanças na arena política regional já eram notadas. Fruto principalmente dos movimentos de libertação nacional, estas mudanças afetavam diretamente a política externa sul-africana, com a possibilidade de implantação de governos de maioria negra e hostis ao regime do *apartheid*. Na tentativa de conter a derrocada dos regimes coloniais de seu entorno, a África do Sul optou, em um primeiro momento, pela via diplomática. Como afirma Dopcke (1998, p. 137), a opção por meios pacíficos, no intuito de influenciar os possíveis rumos destes países, demonstra a apreensão sul-africana de uma escalada dos conflitos, a qual poderia ser seguida de um aumento de apoio aos movimentos anti-coloniais e perda de controle da situação regional.

Além do mais, a elevação da África do Sul a bastião ocidental na luta contra o comunismo internacional acrescentou ao conflito regional dinâmicas próprias da Guerra Fria, resultado do vínculo entre sua política interna e a disputa Ocidente *versus* Oriente. Esse fator foi determinante na elaboração da política externa estadunidense para a região e, em específico, para a África do Sul. Partindo do princípio que qualquer regime político é preferível ao comunismo, os EUA aproximaram-se do governo do NP, mantendo o cuidado de não serem vinculados diretamente ao regime de segregação racial. Em função disso, Pretória desfrutou de uma margem de manobra diferenciada (maior ou menor conforme o governo estadunidense no poder) na solução dos conflitos regionais, já que sua defesa dos valores ocidentais na África Austral lhe rendeu a proteção contra sanções mais severas das potências capitalistas e seus representantes no Conselho de Segurança da ONU.

Essa inércia dos principais tomadores de decisão em nível global em relação ao regime do *apartheid*, e a incapacidade da ONU em adotar medidas mais eficazes contra a ocupação de Windhoek por Pretória, favoreceu o surgimento da Organização do Povo da África do Sudoeste (SWAPO – *South West Africa People's Organization*), movimento de libertação nacional da Namíbia. Nascida em 1958 como uma organização em favor da melhoria das condições dos trabalhadores namibianos imigrantes na África do Sul, a SWAPO logo adotou seu novo nome e começou a reivindicar a retirada sul-africana do território e a independência da Namíbia. Segundo Davies (2007, p. 12) ao perceber que ela não podia confiar na comunidade internacional para pressionar o governo do NP, a SWAPO optou pelo começo da luta armada em 1966, após decisão desfavorável da CIJ em relação à ocupação sul-africana.[20]

[20] Em 1960, a Libéria e o Egito entraram com uma acusação contra a África do Sul na CIJ, alegando que o país havia modificado os termos do mandato da Liga das Nações sem o consentimento da ONU. Seis anos depois, a CIJ lançou seu parecer, onde dizia que a corte não possuía poder legal para julgar a matéria, alegando que nem a

A abertura dessa frente de batalha na Namíbia foi seguida pelas independências das colônias portuguesas (até então aliadas de Pretória) em 1975 e pelo aumento da resistência interna ao regime de segregação racial na África do Sul no decorrer da década de 1970. Estes acontecimentos se refletiram na balança de poder da África Austral e aumentaram a percepção de ameaça por parte dos sul-africanos, que em pouco tempo viram-se cercados por governos negros e de viés esquerdista. As rápidas mudanças regionais com que a África do Sul se defrontou levaram o governo do NP a testar políticas de distensão e de desestabilização para conter os novos desafios. Esses mecanismos, aprimorados, formaram a base da Estratégia Nacional Total, formalizada através do Livro Branco de Defesa da África do Sul de 1977, e que ganhou ímpeto com a subida ao poder de P. W. Botha em Pretória e de Ronald Reagan em Washington.

A política de distensão sul-africana foi implantada em 1974 pelo então primeiro-ministro sul-africano, B. J. Vorster, e tinha como principais objetivos a aproximação com os Estados mais moderados e tolerantes ao regime do *apartheid*. Para isso, o governo do NP utilizou-se de seu aparato diplomático e do potencial econômico do país na tentativa de melhorar as relações com os governos que o cercavam e pô-los sobre a sua esfera de influência. Foi com esse intuito que a África do Sul lançou o projeto da Constelação dos Estados da África Austral (CONSAS – *Constellation of Southern African States*), organismo que deveria fomentar a cooperação securitária e econômica regional. No entanto, a tentativa de implantação da constelação de Estados fracassou, em função da falta de apoio dos países da África Austral (mesmo os mais moderados não aderiram ao projeto) e pela ausência de alianças com países filiados à Organização da União Africana (OUA).

Além disso, a política de distensão sul-africana sofreu um revés com o surgimento de grupos de contato hostis ao regime de Pretória, sendo os Estados da Linha de Frente[21] (FLS – *Frontline States*) uma das principais estruturas regionais a se opor ao sistema do *apartheid.* Surgido em meados da década de 1970 como um fórum de discussão político entre os movimentos de libertação nacional, o FLS cumpriu um papel importante no fim do regime branco e na independência do Zimbábue, indo de encontro aos esforços diplomáticos sul-africanos no país[22]. Do mesmo modo, o incentivo do FLS na implantação da Conferência de

---

Libéria nem o Egito eram partes interessadas ou tinham direito sobre o objeto. A decisão da CIJ de 1966 não foi somente o estopim da guerra na Namíbia, mas também o pivô da onda de resoluções adotadas na Assembléia Geral da ONU, contra a África do Sul, na segunda metade da década de 1960.

[21] Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue foram membros do FLS.

[22] A África do Sul envolveu-se na resolução dos impasses internos da Rodésia do Sul através de uma intensa diplomacia. Contudo, seu principal candidato para assumir o novo governo nacional, o moderado bispo Abel Muzorewa, foi derrotado nas eleições de 1980 por Robert Mugabe, apoiado pelo FLS.

Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC – *Southern African Development Coordination Conference*), organização criada para a coordenação econômica regional, chocou-se com a política sul-africana para a África Austral. A SADCC, organização concorrente da CONSAS, não só ajudou a fazer fracassar o projeto regionalista de Pretória, como também fomentou a independência econômica dos países da região em relação à África do Sul. [23]

Porém, ainda que a falência da constelação de Estados e o apoio e aderência dos países da África Austral à SADCC tenham sido uma grande derrota para a África do Sul, o país conservou o posto de principal economia da região. Mesmo não participando de um fórum regional propício aos seus interesses nacionais, o Estado sul-africano não só conservou como aumentou a dependência econômica dos países da região à sua economia através de acordos bilaterais firmados tanto com os governos mais moderados, quanto com os governos considerados mais hostis. Dessa forma, a colaboração entre os Estados considerados amigos era fortalecida, no espírito da política de distensão de Vorster, ao passo que os vínculos feitos entre a economia sul-africana e as economias dos vizinhos hostis tornou-se um importante instrumento para o cumprimento do papel de desestabilizador regional por Pretória.

Esta política de desestabilização sul-africana apresentava dois mecanismos de ação principais: os acordos econômicos bilaterais entre o regime de Pretória e seus vizinhos e as incursões militares nos países da região. Em outras palavras, o governo do NP utilizou os dois principais poderios nacionais a sua disposição (economia e Forças Armadas) na resolução dos conflitos regionais e na produção de uma balança de poder regional favorável aos seus interesses. O parlamentar sul-africano independente, Jan van Eck, em seu discurso na Assembléia Nacional em 17 de maio de 1988, ressaltou que "enquanto tal desestabilização é primordialmente de natureza militar em Angola, ela é principalmente econômica em Estados como Botsuana, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia, Lesoto e Suazilândia" [24]. Mas a predileção pelo uso de componentes militares em Angola não foi aleatória. O discurso de Daniel van Gend, do NP, realizado em 14 de setembro de 1987, questionou o Ministro da Defesa sobre isso.

> Eu agora quero perguntar ao honorável Ministro como se pode esperar que um soldado comum na SADF entenda que no oeste da África a SADF está juntando forças abertamente com a UNITA contra o governo de orientação comunista de

[23] DAVIES; O'MEARA, 1985, p. 196-197; DOPCKE, 1998, p. 142; EVANS, 1984, p.1-3
[24] ÁFRICA DO SUL, 1988b, p. 9988, tradução nossa.

> Angola, enquanto no leste o governo e a SADF estão desempenhando o papel exatamente oposto em Moçambique. [...] A associação prévia e assistência para o movimento de resistência da RENAMO [Resistência Nacional Republicana] foram negados e dispensados, enquanto o porto e a infraestrutura estão sendo aprimorados e ativamente promovidos e apoiados. [...] Eu quero perguntar ao honorável Ministro como alguém pode explicar o ponto de vista das Forças Armadas neste aparentemente ambíguo e inconsistente papel. No oeste da África opõe-se publicamente ao expansionismo russo e marxista, mas no leste da África não. (ÁFRICA DO SUL, 1988a, p. 5847-5848, tradução nossa).

Por sua vez, o vice-ministro do Departamento de Relações Exteriores da África do Sul (DOFA – *Department of Foreign Affairs*), Jacobus Meiring, ao citar um artigo de jornal, em 11 de maio de 1988, tentou demonstrar que não havia envolvimento militar sul-africano em Moçambique:

> Para um visitante o contraste com a opulência da UNITA é impressionante. Em Jamba, no quartel-general da UNITA, a abundância pode ser vista em todos os níveis – nas armas que são dignas de um exército convencional, nos uniformes verde-garrafa e nos vinhos do Cabo. Não há nada como isto com a RENAMO. A pobreza é apresentada nas armas das guerrilhas, que eles afirmam vir do lado oposto. (ÁFRICA DO SUL, 1988b, p. 9711, tradução nossa).

A partir de certas premissas, podemos explicar o porquê do uso de uma política de desestabilização mais militar que econômica contra Angola. A apreensão sul-africana de que o território ocupado da Namíbia pudesse cair em mãos comunistas, além do custo político e econômico que o reforço de tropas na região poderia gerar, impulsionaram Pretória a agir preventivamente para conter uma eventual escalada de conflitos. Além disso, o uso do território angolano como base da SWAPO não era bem visto. No entanto, tendo em vista os instrumentos da política de desestabilização do governo do NP, o uso do componente militar é uma das poucas opções verossímeis no intuito de atingir o governo do MPLA. Isto se deve ao fato de que, como explica Kahn (1987), os laços econômicos entre Angola e África do Sul não eram fortes o suficiente a ponto de criar uma dependência econômica do Estado angolano em relação ao Estado sul-africano. A presença de portos e ferrovias próprias, a riqueza de minerais e a quase inexistência de investimento direto sul-africano em Angola prejudicaram a utilização de coerção econômica pela África do Sul. Em função disso, destacou-se a coerção militar como principal instrumento de desestabilização no país.

Entretanto, Angola não sofreu apenas a ingerência sul-africana em seus assuntos internos. A ex-colônia portuguesa, que se tornou independente em 1975, sofreu intervenções de vários países através do financiamento dos principais movimentos de libertação nacional. O resultado disso foi uma guerra civil que devastou o país por quase trinta anos. Além disso, desde a entrada de tropas do Zaire em março de 1975, a presença de forças armadas estrangeiras no território angolano tornou-se freqüente. A partir de então, os principais atores da campanha militar de Cuito Cuanavale surgiram no cenário angolano. A constante presença militar sul-africana e a ingerência estadunidense, juntamente com a permanência de tropas cubanas e militares soviéticos em Angola, acentuaram os conflitos na região. Somente com o fim da campanha militar de Cuito Cuanavale que este cenário sofreu alterações, definindo o futuro da região.

A África do Sul, um dos principais países desestabilizadores em Angola, deu seu suporte ao movimento de Jonas Savimbi após a queda do regime português e ascensão do MPLA ao poder, o qual ela se recusou a reconhecer. Logo após, houve a escalada do envolvimento de Pretória em território angolano e em outubro de 1975 a SADF deu início à operação Savana. Conforme Williams (2008, p. 68), a operação foi lançada porque o governo do NP estava preocupado com a situação no seu vizinho a oeste, já que refugiados começaram a cruzar a fronteira em direção à Namíbia, ao passo que integrantes da SWAPO faziam o caminho inverso no intuito de instalar bases na fronteira sul de Angola. Além do mais, havia uma preocupação quanto ao sistema hidroelétrico de Ruacana, importante fornecedor de energia e água para o norte namibiano, mas que possuía uma importante barragem em Calueque, 25 km dentro do território angolano.[25] Além do mais, Pretória preferia ver, no país, um governo pró-Ocidente sob sua influência e não o marxista MPLA.

No entanto, poucos meses depois de entrar no conflito, Pretória optou pela retirada de suas tropas, resultado de mudanças políticas ocorridas no final do ano anterior. Em primeiro lugar, Portugal declarou a independência de Angola em novembro de 1975 e entregou o poder ao MPLA. Em segundo, a participação de tropas sul-africanas na guerra civil angolana fragilizou ainda mais a imagem internacional do país, e a entrada de tropas cubanas – a pedido do governo angolano – deixou os sul-africanos apreensivos de que pudesse haver uma escalada dos conflitos em direção a uma guerra semi-convencional. "Pik" Botha, embaixador da África do Sul nos EUA em 1975, falou em uma entrevista em 2008 que "a visão sul-

[25] Em função deste sistema de águas, a SADF ocupou o sistema de bombas de Calueque dois meses antes do início da operação Savana.

africana era um temor, ‘onde os cubanos parariam?’ Eles cruzariam para Ovamboland, no norte da África do Sudoeste/Namíbia? Então haveria guerra lá também”.[26]

Além disso, mudanças na política estadunidense para a região deixaram os sul-africanos isolados em Angola. O governo dos EUA, que na época financiava tanto a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) quanto a UNITA, foi obrigado a recuar nos financiamentos para os grupos armados do país, após aprovação no Congresso americano da Emenda Clark, em dezembro de 1975, que proibia a ajuda militar a qualquer partido angolano.[27] A descoberta do custeio estadunidense ao FNLA e a UNITA também fez com que o governo dos EUA tivesse que aumentar o tom contra a ingerência externa em Angola e se abster, no Conselho de Segurança da ONU, na aprovação de uma moção demandando a retirada da SADF do país, no início de 1976. Ao fim, os sul-africanos sentiram-se traídos pelos EUA, já que Pretória havia cometido um erro estratégico ao contar com o apoio incondicional estadunidense. Na entrevista supracitada, “Pik” Botha afirmou ter entrado em contato com o então Ministro das Relações Exteriores da África do Sul, avisando que eles “não iriam atingir seus objetivos políticos”, já que o país “estava totalmente isolado no mundo” e que “nunca haveria suporte o suficiente para este tipo de atividade”. Além do mais, o embaixador teria alertado tanto o Ministro quanto o Primeiro-Ministro Vorster que ele “estava com muitas dúvidas [...] se nessa fase o Congresso dos EUA iria permitir a continuação da assistência americana à FNLA e à UNITA”. No entanto, a resposta dada por Vorster foi que “ele foi assegurado ao mais alto nível [...] que a assistência americana nesta ação estaria garantida, e iria continuar”.[28]

As eleições presidenciais americanas de 1976 também não favoreceram a relação entre Washington e Pretória.[29] No ano seguinte, Jimmy Carter assumiu a presidência dos EUA e

---

[26] BOTHA, R. F. apud ONSLOW, 2008, p. 2, tradução nossa. R.F. “Pik” Botha foi nomeado ministro das Relações Exteriores da África do Sul dois anos mais tarde, em 1977, e manteve-se no cargo até 1994.

[27] A escolha de Washington pelo suporte ao FNLA e a UNITA não estava em acordo com a opinião de oficiais americanos envolvidos nos eventos de Angola. Segundo Tveden (1992, p. 33) e Minter (1991, p. 136), o conselho de especialistas africanos foi para que os EUA apoiassem o MPLA, visto que este seria o movimento mais preparado para assumir o governo. Mesmo assim, Washington optou pela ajuda ao FNLA e a UNITA, ajuda esta que não se limitou ao financiamento dos grupos, mas contou também com operações da Agência Central de Inteligência (CIA) no treinamento e organização dos movimentos (GLEIJESES, 2006, p. 5). Além disso, Minter (1991, p. 137) também afirma que a aprovação da emenda Clark não cessou por completo o suporte dos EUA à UNITA. Durante a administração Carter, o assessor do Conselho de Segurança Nacional incitou países a ajudar a UNITA, ao passo que Reagan, próximo presidente americano, foi um defensor aberto do grupo.

[28] BOTHA, R. F. apud ONSLOW, *op. cit.*, p. 2, tradução nossa.

[29] Mas isto não significa que as relações pioraram. Apesar de o novo governo ter prometido suporte incondicional à implantação de um regime de maioria negra na África do Sul, a nova administração seguiu a mesma política anterior de manter conversas com Pretória e se opor à aplicação de sanções contra o regime do *apartheid*, partindo do princípio que avanços econômicos poderiam auxiliar na mudança do sistema.

realizou uma revisão da política externa estadunidense para a África. De acordo com Davies (2007, p. 9-10) a nova política foi anunciada como não orientada apenas pela oposição à presença soviética e cubana na África. Gleijeses (2006, p. 12-20) corrobora a predisposição da administração Carter em normalizar as relações com Cuba, mas ressalva que a retirada cubana da África foi imposta como uma pré-condição para isso. No entanto, o processo de retirada gradual das Forças Armadas cubanas do continente foi interrompido diversas vezes pelo aumento da percepção de ameaça local. A retirada chegou a sofrer retrocessos, com o incremento das tropas cubanas em Angola, devido ao aumento das hostilidades, levando as conversações com os EUA à falência. Fidel Castro, em discurso no ano de 1976, foi categórico ao afirmar que a presença cubana em Angola seria tão longa quanto o tempo necessário

> E qual é o tempo necessário, de acordo com os governos angolano e cubano, o MPLA e o PCC [Partido Comunista de Cuba]? Bem, nós repetimos, o tempo necessário é até que as forças da República Popular de Angola estejam organizadas, equipadas e treinadas; [aplausos] quando nós não formos mais necessários para repelir qualquer agressão como a que foi recentemente executada. (CASTRO, 1976, tradução nossa).

Apesar de grande efetivo de tropas cubanas ter sido enviado para Angola em novembro de 1975, após solicitação de ajuda do MPLA, militares cubanos estavam a algum tempo no país. George (2005, p. 77) afirma que pequenas missões de treinamento cubanas já ajudavam na organização das forças armadas do MPLA, mas que o novo cenário requeria uma atitude desafiadora por parte de Cuba. O deslocamento de um grande contingente de tropas e armamentos por mais de 6000 km de distância em um curtíssimo espaço de tempo apresentava vários constrangimentos logísticos para Havana, dado suas condições materiais. Além disso, a entrada cubana no conflito deveria ser seguida pelo aumento da pressão internacional contra Cuba e uma possível retaliação americana[30]. Mesmo assim, Castro decidiu pelo envio das FAR para a defesa de Luanda e posterior expansão do controle do MPLA ao resto do país.

De acordo com Gleijeses (2006, 8-9), Cuba envolveu-se na guerra civil angolana e lançou a operação Carlota (nome cubano da operação militar) por opor-se aos governos de

[30] Gleijeses, em seu livro *Conflicting missions*, escreve que Havana não temia uma retaliação direta dos EUA em Cuba ou mesmo em Angola. No entanto, como Cuba acreditava que a África do Sul não teria entrado no conflito sem o consentimento e suporte americano, havia o receio de que Washington pressionasse Pretória para uma escalada total do conflito. Cf. Gleijeses, 2003, p. 306.

minoria branca e pressupor que sem sua participação o regime do *apartheid* e o imperialismo americano venceriam a guerra. Para o pesquisador, a base da política externa castrista (revolução e internacionalismo) explica, em parte, o porquê de seu envolvimento em Angola. No entanto George (2005, p. 78) argumenta que o que estava em jogo no conflito angolano de 1975 era a sobrevivência da imagem de Castro como líder revolucionário e porta-voz do terceiro mundo. Fruto da ineficácia cubana em treinar e organizar as forças militares do MPLA, o cenário angolano deixou Cuba com apenas duas opções: ou Havana ordenava a retirava completa dos militares cubanos de Angola, no intuito de poupar suas tropas e armamentos, mas colhendo danos a sua imagem internacional, ou o país ordenava uma escalada do conflito, com o envio maciço de tropas e armamentos, na esperança de reverter o cenário desfavorável.

Entretanto, a decisão de Castro em envolver-se na guerra civil angolana possuía mais um constrangimento: pedidos anteriores feitos por Havana a Moscou para o aumento de tropas cubanas em Angola foram negados. Isto se deve principalmente ao fato da URSS não querer ir de encontro à política de distensão formal criada entre Nixon e Brejnev. Mesmo assim, Castro enviou suas tropas, sem o conhecimento de Moscou[31], que somente começou a envolver-se mais no conflito no final de 1975. Porém, a presença soviética, fundamental no suporte aos cubanos através de financiamento e armamentos, esfriou as relações entre Washington e Moscou. Angola, até então um país do terceiro mundo sem grande importância estratégica para as duas potências mundiais, logo se tornou uma das principais rivalidades entre os dois Estados. A partir de 1975 os EUA e a URSS passaram a desempenhar um papel importante na África Austral, inserindo definitivamente a região na dinâmica da Guerra Fria.

1.3 A estratégia total e o engajamento construtivo

Com a saída das tropas sul-africanas do território angolano, a ONU começou a incentivar negociações entre a África do Sul e a SWAPO, na tentativa de arranjar uma solução para o problema da Namíbia. Tendo como base a Resolução 385/76 do Conselho de

[31] Em 1975, acreditava-se que o envolvimento cubano em Angola havia sido instigado pela URSS, de forma que os soviéticos não precisassem se envolver diretamente em uma região do mundo até então sem grandes interesses para as potências mundiais. Enquanto isso Cuba afirmava que Moscou não havia participado da tomada de decisão cubana, e que os soviéticos somente ficaram sabendo do envolvimento das FAR quando as tropas já estavam a caminho. Contudo, a inexistência de documentos provando a interferência de Moscou e a negação de autoridades russas, ligadas aos eventos em Angola, quanto a isso, faz com que a maioria dos pesquisadores concorde, atualmente, que Cuba enviou suas tropas sem o conhecimento de Moscou e que o Kremlin não teve nenhuma participação na decisão cubana. Cf.: GEORGE, 2005, p. 79-80; GLEIJESES, 2003, p. 307-308; e SHUBIN, 2007, p. 9.

Segurança da ONU, as negociações evoluíram durante o ano seguinte com a formação do Grupo de Contato (formado pela França, Inglaterra, EUA, Alemanha Ocidental e Canadá) e subseqüente desenho geral de uma proposta de trabalho. A base dessa proposta requeria a convocação de eleições em duas etapas, a presença sul-africana através de um administrador geral e a participação da ONU através do Grupo de Assistência das Nações Unidas para a Transição (UNTAG – *United Nations Transition Assistance Group*).[32] As discussões se estenderam pelo resto do ano, até que em 1978 uma proposta final foi enviada e aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU, através da Resolução 435.

A resolução 435 basicamente pedia o fim das hostilidades entre a SADF e a SWAPO, a retirada das tropas sul-africanas do território ocupado, a convocação de eleições em duas etapas e a supervisão do UNTAG durante o período de transição. Contudo, logo após a votação no Conselho de Segurança, Pretória recusou-se a aceitar a resolução, sob a desculpa de que modificações foram feitas entre a proposta final apresentada pelo Grupo de Contato e a aprovada pelo Conselho de Segurança. Conforme Sierras (2010, p. 92), a única modificação feita em relação à proposta previamente aceita pelos sul-africanos foi a incorporação de um corpo militar ao UNTAG.[33] P. W. Botha, presidente da África do Sul de 1984 a 1989, em um discurso feito ao parlamento sul-africano no ano de 1988, comentou que "as discussões [com o Grupo de Contato] resultaram em um plano de paz em 1978, o qual é erroneamente referido como a Resolução 435 de 1978 do Conselho de Segurança da ONU" (ÁFRICA DO SUL, 1988b, p. 15503, tradução nossa).

E ao falar dos esforços para o salvamento das negociações no começo da década de 1980, P. W. Botha continuou:

> Dois novos fatores agora assumiram relevância. O primeiro foi a escalada da presença cubana em Angola e o segundo foi o crescente interesse sobre a África do Sudoeste pelos Estados Unidos depois que a administração Reagan assumiu o cargo em janeiro de 1981. (ÁFRICA DO SUL, 1988b, p. 15505, tradução nossa).

---

[32] A proposta inicial do Grupo de Contato não agradou à SWAPO e aos Estados da Linha de Frente. Conforme Sierras (2010, p. 88) as duas organizações eram contrárias à permanência do administrador geral sul-africano e às eleições em duas etapas (uma para a Assembléia Constituinte e, após promulgada a nova Constituição, outra para a formação do governo). Conforme eles, esta proposta levaria à elaboração da Constituição sem a independência formal e a existência de um parlamento.

[33] Sierras (2010, p. 93) também argumenta que os sul-africanos foram contemplados com vários benefícios pela resolução 435, como a não exigência de sua saída imediata e nenhuma referência a área em disputa de Walvis Bay. Porém, erroneamente o autor afirma que as eleições não estariam sob o controle da ONU (e sim do administrador geral). Ao contrário, a proposta de número 5 do Plano de Paz fala que o processo eleitoral estaria sob o controle e supervisão da ONU. Cf.: ONU. **Resolução 435**. 1978. Disponível em: <http://daccess-ods.un.org/TMP/9780594.html>. Acesso em: 26 ago. 2011. e ONU. **Propostas para uma solução da situação na Namíbia**. 1978. Disponível em: <http://daccess-ods.un.org/TMP/920789.2.html>. Acesso em: 26 ago. 2011.

P.W. Botha estava correto ao afirmar que cubanos e americanos fizeram a diferença na retomada das negociações na década de 1980. O primeiro dos fatores, a presença cubana em Angola, assumiu importância nas negociações sobre a Resolução 435 com a política do *linkage*.[34] O segundo, a administração Reagan, modificou a política externa americana para a África Austral através da política do engajamento construtivo. No entanto, P. W. Botha não mencionou um terceiro fator, fundamental para compreender as evoluções na região na nova década: a Estratégia Nacional Total (ENT). Sem a compreensão da ENT, do engajamento construtivo e do *linkage* não é possível entender como se desenvolveram as negociações e os conflitos na região até o começo de uma nova campanha militar em 1987.

Os princípios da ENT foram apresentados no Livro Branco de Defesa da África do Sul de 1977, mas a estratégia total só ganhou força com a eleição de P. W. Botha[35] ao cargo de primeiro-ministro, na África do Sul, e a ascensão de Reagan à presidência, nos EUA. Conforme o Livro Branco de 1977, uma estratégia total era necessária para conter os inimigos do país, que queriam "expandir o marxismo", "derrubar os regimes brancos" e "desencadear uma guerra revolucionária" na África Austral, através do emprego simultâneo de "uma guerra convencional e revolucionária".[36] Contra um ataque total, somente uma estratégia total faria efeito. Por isso a ENT deveria utilizar os meios necessários para "atingir os fins nacionais", fazendo uso, principalmente, dos meios "políticos, econômicos, psicológicos, tecnológicos e militares" disponíveis.[37] O Ministério da Defesa e a SADF ficariam responsáveis pela "manutenção de uma balança de poder militar sólida", pelo desenvolvimento de "capacidades convencionais" e de uma "força altamente móvel" e pelo "estudo e implantação de contra-insurgência".[38]

Desse modo, o Livro Branco de 1977 lançou as bases da ENT, que utilizou como principais mecanismos de ação para a desestabilização da África Austral as incursões militares nos países vizinhos, a assistência e financiamento de grupos armados opostos a governos marxistas, a coerção econômica com o aumento de investimento diretos, além de

[34] A política do *linkage* refere-se ao esforço dos EUA e da África do Sul em vincular a retirada das tropas cubanas de Angola à saída sul-africana da Namíbia. Aspectos mais específicos desta política serão explicados mais a frente.
[35] É importante ressaltar que P. W. Botha foi Ministro da Defesa da África do Sul entre 1966 e 1978 (participando ativamente da escrita do Livro Branco de Defesa de 1977). Em 1978 ele assumiu o cargo de primeiro-ministro, no qual permaneceu até 1984. Neste ano ele foi eleito presidente e ficou a frente do governo da África do Sul até 1989.
[36] ÁFRICA DO SUL, 1977, p. 7-8, tradução nossa.
[37] Ibid., p. 5, tradução nossa.
[38] Ibid., 1977, p. 9-10, tradução nossa.

sabotagens e incentivo a golpes de Estado. Ou seja, as políticas de distensão e desestabilização dos anos anteriores foram aprimoradas e ordenadas na luta contra um inimigo comum: a expansão marxista. Como de costume, a África do Sul continuou sua política de vinculação entre o contexto sul-africano e a dinâmica da Guerra Fria. A partir de então, o governo do NP aumentou seus ataques ao militarismo marxista financiado pelos soviéticos, empurrando a culpa da desestabilização regional para eles. Conforme Pretória, se a África Austral sofria com a insegurança, isto se devia ao expansionismo soviético, que através dos cubanos, da FLS, da SWAPO, do Congresso Nacional Africano (CNA) e dos governos de Angola e Moçambique fomentavam os conflitos na região.

Porém, para a efetiva implantação da estratégia total, o NP teve que reorganizar a estrutura de tomada de decisões do Estado. Conforme Davies e O'Meara (1984), o governo passou por um processo de centralização, com a diminuição dos poderes do parlamento e o aumento dos poderes do Conselho de Segurança do Estado, que se tornou o principal órgão de tomada de decisões da África do Sul. Além disso, o componente militar ganhou destaque na formulação da política estatal, com os militares atuando em várias estruturas administrativas do governo. Tudo isso, conforme Kahn (1987, p. 40-41) para a obtenção de objetivos de curto, médio e longo prazo, os quais seriam: a criação de uma constelação de Estados pró-Pretória (longo prazo), a imposição de neutralidade aos vizinhos (médio prazo) e o fim do expansionismo comunista/soviético na região (curto prazo). De forma geral, Evans resume bem a ENT:

> Isto, então, é o Estado de segurança nacional sul-africano enquanto superpotência regional, revigorado por intelectuais militares profissionais, cansados das políticas limitadas da década de 1970 e determinados a dominar o subcontinente na década de 1980, alimentando dissidência, sabotagem e caos econômico nos Estados da Linha de Frente. Esta é a "estratégia total" contra-revolucionária sul-africana na ofensiva, utilizando o poderio militar e a desestabilização na tentativa de forçar os Estados da Linha de Frente a aceitarem a dominação regional sul-africana *de facto* e assim enfraquecer o ANC e obrigar todos os envolvidos a se acomodarem ao sistema do *apartheid*. (EVANS, 1984, p. 5, tradução nossa).

Contudo, a implantação da estratégia total em toda sua amplitude só tornou-se possível com a administração Reagan e as políticas do engajamento construtivo e do *linkage*. Em suas memórias, Jannie Geldenhuys, chefe da SADF de 1985 a 1990, comenta que "durante a década de 1980, ele [Reagan] desempenhou um papel fundamental nas novas direções que a

África Austral iria seguir" (GELDENHUYS, 2009, p. 154, tradução nossa). E isso se deve principalmente à reaproximação americana de Pretória e sua política de sanções zero, deixando ao governo sul-africano boa margem de manobra na região para promover a desestabilização de seus vizinhos. Em linhas gerais, como demonstra Davies (2007, p. 197), Washington se propôs a unir as duas agendas concorrentes nos EUA do começo dos anos 1980 (anti-imperialismo e anticomunismo) e traduzi-las em um discurso favorável a um mundo livre, com a liderança americana, mas utilizando políticas de contenção a fim de combater a expansão marxista.[39]

Através dessa nova agenda, surge a política do engajamento construtivo, elaborada por Chester Crocker, Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Africanos na administração Reagan, e apresentada pela primeira vez no artigo *South Africa: Strategy for change*[40], de sua autoria, no ano de 1980. A proposta política de Crocker postulava que uma aproximação de Washington com a África Austral era preferível no intuito de construir um clima regional que conduzisse a África do Sul e seus vizinhos ao fim das guerras entre fronteiras e ao sucessivo apaziguamento regional. Mas apesar da proposta de engajamento se estender a todos os países da África Austral, essa política ficou caracterizada pela maior aproximação com o Estado sul-africano. A lógica por trás desse raciocínio era a de que a implantação de punições e restrições econômicas não implicava em mudanças no regime do *apartheid*. Ao contrário, as sanções apenas isolavam, ainda mais, Pretória e tornavam o governo do NP mais hostil ao Ocidente e seus ideais. Logo, para Crocker, um diálogo mais aberto com o país, e com restrições na imposição de sanções, era importante para a estabilização regional. [41]

Além dessa, outra política aplicada pelos EUA foi fundamental para o desenvolvimento das negociações de paz na década de 1980: o *linkage*. Basicamente, esta política vinculava a retirada cubana de Angola à saída da África do Sul do território ocupado da Namíbia.[42] Apresentado ao público em 1981 a proposta do *linkage* seguia o raciocínio lógico de que se havia algum fator que faria a diferença na segurança regional para a África

[39] Para Davies (2007, p. 197), a agenda anti-imperialista era fruto da percepção histórica americana de que os EUA tinham a missão de espalhar valores como a liberdade e a democracia pelo mundo. Já a agenda anti-comunista só fazia sentido no contexto Leste-Oeste da Guerra Fria e no crescente sentimento anticomunista nos EUA.

[40] CROCKER, Chester. South Africa: Strategy for Change. **Foreigns Affairs**, v. 59, n. 2, 1980, p. 323-351.

[41] Crocker (1993, p.79) comenta que foi a partir de meados da década de 1980 que a política do engajamento construtivo ficou erroneamente conhecida como a política da administração Reagan para a África do Sul. Parte de seu argumento descansa no fato de que Washington continuou apoiando o embargo de armas e o não uso das instalações militares sul-africanas, assim com rejeitou as políticas do *apartheid*. Contudo, o engajamento construtivo foi mais forte e favorável com a África do Sul do que com os outros países da região. Isso se deve a nova agenda americana, a qual favorecia governos totalitários em busca de um mundo mais livre.

[42] Inicialmente, a retirada sul-africana da Namíbia e a cubana de Angola foram apresentadas como duas propostas independentes, conforme Crocker (1993, p. 64).

do Sul, este fator era a presença cubana em Angola. Logo, com a retirada dos cubanos da região, os sul-africanos sentir-se-iam seguros para realizar sua retirada da Namíbia. Porém, como aponta Gleijeses (2006, p. 26) o *linkage* foi visto com estranheza pela comunidade internacional, já que Washington tentava criar um vínculo entre um ato legal – os cubanos estavam em Angola a convite do governo – e um ato ilegal – a ocupação irregular da Namíbia pelos sul-africanos – até então desconectados.

No entanto, a política do vínculo entre as retiradas era importante para a administração Reagan, pois desde 1975 os EUA vinham pressionando Havana em prol da sua retirada do continente africano, mas sem sucesso. Como esta pressão não surtiu efeitos práticos, tendo em vista a firmeza de Castro ao referir-se a este assunto como de interesse apenas de Cuba e Angola, o vínculo à retirada sul-africana da Namíbia foi proposto a fim de que Havana se sentisse constrangida a sair do território angolano para não tornar-se culpada pela presença sul-africana na Namíbia. Mas este não era o único objetivo do *linkage*. Conforme Davies (2007, p. 121) ele foi o elemento vital para manter uma coesão mínima dentro do partido republicano dos EUA, já que a ala mais a direita considerava a presença cubana em Angola uma vitória do comunismo no sul da África. Isto sem falar dos interesses econômicos e geoestratégicos dos EUA na região, que era um repositório de minerais e rota de passagem do petróleo do Golfo Pérsico.[43] Crocker também acrescenta mais uma meta principal que guiou a administração Reagan a decidir por esta política: "prevenir o que Kirkpatrick chamou um regime 'menos amigável' de tomar poder na Namíbia" (CROCKER, 1993, p. 64, tradução nossa).

A partir dessa base política, como argumenta Pycroft (1994), a liberdade adquirida por Pretória através do engajamento construtivo foi traduzida em maiores operações de desestabilização na África Austral, visto que essas desestabilizações trariam maiores ganhos a menores custos. Assim, entre 1981 e 1984 sete operações militares foram realizadas pela SADF na fronteira Namíbia/Angola, conforme o então Ministro da Defesa sul-africano, Magnus Malan (2006, p. 252). Segundo Davies (2007, p. 150), o número de tropas da SADF na região da fronteira entre a Namíbia e Angola cresceu de aproximadamente 15 mil homens em 1974 para 45 mil em 1976. Com um incremento significativo no número de incursões nos anos seguintes, a SADF passou a realizar ataques aéreos e deslocar forças combatentes até 320 quilômetros no interior de Angola.

[43] Ver SIERRAS, 2010, p. 111.

Estas incursões militares tinham como objetivo, conforme Pretória, destruir as células terroristas da SWAPO e do CNA no exterior, financiadas pelo expansionismo soviético, como forma de salvaguardar a segurança nacional da África do Sul. No entanto, a política de desestabilização sul-africana não foi somente reativa, ao passo que o governo sul-africano preferia ver um governo da UNITA ao invés do MPLA em Luanda, assim como de controlar os novos rumos de uma Namíbia independente (sem a influência da SWAPO) e persuadir os Estados da Linha de Frente a adequar-se aos preceitos do regime do *apartheid*. O resultado dessa desestabilização foram os acordos de não agressão realizados entre Pretória e seus vizinhos, como o acordo de Lusaka[44], realizado entre Angola e África do Sul, após a operação militar sul-africana Askari. Geldenhuys (2009, p. 168) afirmou que a operação Askari[45] "convenceu o governo do MPLA que a África do Sul tinha que estar envolvida nas discussões sobre a cessação das hostilidades no sul de Angola". Porém, a África do Sul já vinha participando de negociações para a resolução dos conflitos na Namíbia e sua fronteira. O que as operações de desestabilização fizeram foi coagir o governo angolano a assinar os pactos de não agressão.

No entanto, a política de desestabilização, juntamente com a política do *linkage*, levou as negociações a um impasse e posterior bloqueio entre 1982 e 1986.[46] Isto se deve ao fato de que a contínua agressão dos sul-africanos (e sua preferência por um governo da UNITA) tornou impossível ao MPLA dispensar os cubanos e atender ao *linkage*. Por isso que Dopcke (1998, p. 144) argumenta que o *linkage* tornou-se um pretexto para sabotar as negociações. Washington também se mostrou preocupado com a contínua desestabilização sul-africana. Apesar de preferir uma vizinhança pró-Ocidente na região, os EUA viram seus esforços diplomáticos frustrados pelas atitudes de Pretória, tornando a política do *linkage* problemática. Ao invés de retirar as FAR do continente, a agressão sul-africana fez Cuba e

[44] Ver DOPCKE, 1998, p. 143.
[45] A operação Askari foi uma operação militar de grande escala realizada pela SADF em dezembro de 1983, com o objetivo de destruir as capacidades de comando e controle e o suporte logístico do braço armado da SWAPO. Realizada em território angolano, a operação contou com alguns confrontos entre as forças combatentes sul-africanas e as angolanas/cubanas.
[46] Após a recusa do governo sul-africano em aceitar a resolução 435 da ONU, o Grupo de Contato tentou retomar as negociações. No entanto, desde então as negociações permaneceram problemáticas, devido ao impasse com os sul-africanos. Em 1981, o encontro em Genebra das partes interessadas na solução do conflito na Namíbia não avançou muito, pois Pretória preferiu esperar a posse da nova administração americana e ver se a nova política externa dos EUA para a região seria mais favorável à África do Sul. Com a nova aproximação na era Reagan, Washington substituiu o Grupo de Contato e a ONU enquanto mediador das negociações, o que foi promovido pelos sul-africanos, visto que o governo do NP não tinha confiança na ONU como sendo um ator imparcial, além de EUA e África do Sul dividirem preocupações parecidas: ambos os governos eram contrários à expansão comunista e ambos queriam ter controle sobre os novos rumos que uma Namíbia independente poderia tomar.

Angola cancelarem os acordos assinados no começo da década de 1980 que previa a gradual retirada de tropas cubanas de Angola. As agressões também influenciaram na decisão de Castro e Dos Santos em reforçar o contingente das FAR em Angola. Em 1985, após o incidente em Cabinda, onde dois soldados sul-africanos foram mortos e um preso quando tentavam explodir uma instalação petrolífera, Castro foi categórico ao dizer que "se mais tropas forem necessárias, nós iremos mandar mais tropas, porque diante de cada agressão dos racistas e imperialistas, nós temos sempre reagido reforçando Angola" (CASTRO, 1985, tradução nossa).

Assim, os eventos da primeira metade da década de 1980 levaram a uma maior insegurança regional e à paralisação das negociações. A política americana do engajamento construtivo e o vínculo criado entre a retirada cubana e a sul-africana deram maior margem de manobra a Pretória, que respondeu com um incremento nas ações de desestabilização com base em sua estratégia total. A crença dos militares sul-africanos, no comando dos principais órgãos tomadores de decisão da África do Sul, de que uma solução militar era possível na guerra de fronteira – e na guerra civil angolana –, aumentou a participação da SADF em Angola e travou a retirada cubana do país. A partir de 1985, a nova falência da retomada das negociações e o incremento das hostilidades levou cubanos, soviéticos e o MPLA a um novo confronto contra os sul-africanos, americanos e a UNITA, em uma campanha militar que mudaria as dinâmicas de segurança regional

2 AS RAZÕES DA GUERRA

Em 1985 a África do Sul passava por convulsões internas e constrangimentos externos. Como Geldenhuys afirmou em suas memórias, na época em que foi nomeado para assumir o cargo de chefe da SADF "a onda de agitação interna que tinha começado em 1984 ainda estava em pleno andamento" e as "operações transfronteiriças contra alvos do MK [braço armado do CNA] em outros países que não Angola também ocorreram durante este período, enquanto operações no sudoeste e em Angola continuaram". Além disso, a "África do Sul envolveu-se em uma grande guerra no sul de Angola"[47]. Fruto da pressão internacional, do isolamento regional e da resistência interna, a radicalização do regime do *apartheid* foi acompanhada por discussões nos EUA que vieram a afetar a política externa da potência para a África Austral. Ao mesmo tempo, Angola, Cuba e URSS tentavam se entender sob a nova liderança soviética do reformista Mikhail Gorbachev.

2.1 Confrontos prévios

Em outubro de 1984 o MPLA apresentou uma nova proposta aos americanos para o prosseguimento das negociações. Conforme ela, a retirada das FAR do sul de Angola seria realizada em três anos, contados a partir da implementação da resolução 435. No entanto, Luanda não aceitava negociar as tropas estacionadas no norte do território (um contingente de aproximadamente 10 mil homens), as quais somente seriam retiradas quando Cuba e Angola não achassem mais necessária sua permanência. A retirada cubana era gradualmente a ser aceita em Luanda como um instrumento para remover a ameaça sul-africana na fronteira.[48] Dessa forma, a retirada da SADF da Namíbia, em função da implantação da resolução 435, fecharia uma das principais rotas logísticas da UNITA, o que por sua vez enfraqueceria o movimento e facilitaria a sua extinção. Porém, Angola tinha receio que uma nova rota pudesse ser aberta no norte do país, através do Zaire[49], com financiamento americano.

Enquanto isso, crescia nos EUA o movimento de conservadores pró-UNITA. Inconformados com a saída americana de Angola e com a permanência cubana e soviética no país, eles viam o expansionismo marxista e a suposta complacência de Washington como uma

[47] GENDELHUYS, *op. cit.*, p. 199-200, tradução nossa.
[48] Cf. CROCKER, *op. cit.*, p. 212-222.
[49] O Zaire corresponde atualmente à República Democrática do Congo. Na época controlado por Mobutu Sese Seko, o país era conhecido pela hostilidade ao MPLA, tendo financiado o FNLA e a UNITA durante a guerra de independência angolana.

afronta aos interesses nacionais. No intuito de reverter essa situação, os conservadores iniciaram uma campanha para a revogação da emenda Clark, tendo conseguido sua anulação em junho de 1985. O Departamento de Estado americano foi inicialmente favorável à campanha, mas não tinha como meta retomar o financiamento da UNITA, já que isto iria de encontro à política externa para a região justamente quando os angolanos tornavam-se mais flexíveis na questão da retirada cubana. Apesar disso, o movimento conservador continuou a pressionar Washington para a obtenção de medidas que beneficiassem Savimbi, o que resultou na aprovação de um fundo de ajuda humanitária à UNITA, em outubro de 1985, pelo Congresso americano. No ano seguinte, com o informe da administração Reagan de que iria retomar a ajuda militar à Savimbi, Angola decidiu abandonar as negociações.[50]

Ao mesmo tempo, as relações entre Washington e Pretória se deterioravam, em função da crise interna sul-africana[51] e da radicalização do regime do *apartheid*. Os EUA tinham cada vez mais dificuldade para explicar o engajamento com o governo do NP e sua recusa em impor sanções à África do Sul. No entanto, a crescente aversão da opinião pública americana ao sistema de segregação racial de Pretória resultou, apesar da oposição da administração Reagan, na aprovação de sanções econômicas e na Lei Anti-*Apartheid* (*Comprehensive Anti-Apartheid Act*) de 1986, abalando ainda mais a relação entre os dois países. Já em 1985, em discussões realizadas entre P. W. Botha e Crocker, o então presidente sul-africano falou que em "assuntos internacionais não havia amigos, somente interesses" e que a política americana "era [de] 'engajamento construtivo' enquanto servisse aos interesses dos EUA"[52].

Crocker, em suas memórias, comentou que, em meados de 1985, Pik Botha tinha "percebido que a África do Sul havia se tornado um fardo para Washington, mas que os EUA tinham se tornado um fardo ainda maior para o seu governo" [53]. Havia um descontentamento do governo do NP com as sanções do Ocidente, já que isto estava alimentando a desestabilização do país, assim como o discurso da oposição mais conservadora[54]. Além

[50] O Departamento de Estado dos EUA apoiou a anulação da emenda tendo em vista os constrangimentos que ela produzia na atuação de Washington na Nicarágua e no Afeganistão.Para maiores informações sobre o financiamento externo à UNITA e os impasses envolvendo conservadores e o Departamento de Estado americano ver: DAVIES, 2007, p. 159-163.

[51] Pelo menos desde 1984 os sul-africanos vinham sofrendo com o aumento da violência e repressão governamental, em função do crescimento da resistência interna ao regime do *apartheid*.

[52] ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Discussion between State President P W Botha and Dr Chester Crocker, assistant secretary of State on Monday 11 February 1985 at 11 am**. 1985. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.rep19850211.035.017.d1.18>. Acesso em: 21 set. 2011.

[53] CROCKER, *op. cit.*, p. 225, tradução nossa.

[54] O principal partido conservador sul-africano na década de 1980 era o Partido Conservador (CP - *Conservative Party*), nascido de uma dissidência do NP. O CP tinha como lema a proteção do sistema do *apartheid*, e via as atitudes reformistas de Botha como uma ameaça à minoria branca. Quanto à política externa, o CP era um dos

disso, a contraproposta americana de retirar as tropas cubanas da região em 2 anos – uma tentativa de resolver o hiato enorme entre as propostas angolana e sul-africana – não foi aceita pela África do Sul, que exigia a retirada das FAR em 12 semanas, uma lista com o nome de todos os cubanos em Angola e as locações dos militares da URSS e da Alemanha Oriental no país.[55]

Essa intransigência é fruto, em parte, da percepção de que o governo do NP não sobreviveria à implantação da resolução 435, seguida de uma possível vitória da SWAPO nas eleições namibianas, e de uma retirada cubana parcial.[56] Do mesmo modo, havia uma oposição aberta de Pretória a qualquer acordo que pudesse gerar a destruição da UNITA, já que o grupo armado servia como cordão de proteção contra o perigo marxista do norte. Sem ele, os sul-africanos acreditavam que a SWAPO teria facilidade para por em curso suas operações de desestabilização a partir do sul de Angola, aumentando suas chances de subir ao poder em Windhoek. Além disso, a África do Sul estava apreensiva de que a retirada parcial cubana aliada à extinção da UNITA deixaria o caminho livre para as FAR ingressarem no território da Namíbia a fim de colocarem a SWAPO no comando do país independente. Caso esse cenário se tornasse realidade, os sul-africanos acreditavam que o expansionismo soviético atacaria o regime do *apartheid* com todas as suas forças.

Como os angolanos também não estavam dispostos a fazer mais concessões do que as que haviam feito na proposta de 1984, as negociações foram bloqueadas no começo ano seguinte e logo foram à falência. Enquanto isso, na URSS Gorbachev subia ao poder e implantava uma reforma política e econômica. Conforme McFaul (1990) a nova política do Kremlin abandonava a visão messiânica de que os soviéticos estavam em uma luta de classes no sistema internacional. Preferiu-se abrandar o discurso político a fim de, aliando-se à comunidade internacional, atingir os interesses nacionais do país. Quanto aos conflitos regionais, o novo discurso de Moscou falava em não intervenção e respeito à soberania. No entanto, a reforma de Gorbachev não se refletiu em grandes modificações na política externa soviética para Angola. A URSS continuou demonstrando sua intenção de não abandonar o

---

principais porta-vozes contra a resolução 435 e a presença soviética na região. Em discurso no dia 24 de agosto de 1988, o parlamentar do CP, Hartzenberg, reclama da atuação do Ocidente na gestão do conflito regional: "Qual foi a reação do Congresso dos EUA? Sanções renovados e intensificadas contra a África do Sul. Essa pressão irá crescer ainda mais depois da implementação da resolução 435. É por isso que nós dizemos que esta paz com a qual o governo esta se ocupando não vai ser a paz no verdadeiro sentido da palavra, mas a paz de acordo com a definição comunista, nomeadamente, uma ditadura comunista para a África do Sudoeste, o que significa uma guerra entendida para a África do Sul." (ÁFRICA DO SUL, 1988b, p. 15544-15545, tradução nossa).

[55] CROCKER, *op. cit.*, p. 218.

[56] *Ibid.*, p. 225-226; MINTER, 1994, p. 145.

suporte ao governo do MPLA ou pressioná-lo por reformas internas, apesar de que a escassez de recursos, as incertezas sobre a guerra e a *perestroika*[57] limitaram a assistência econômica que Moscou poderia disponibilizar para Angola.

A suspensão das negociações no primeiro semestre de 1985 foi seguida por uma grande ofensiva militar das FAPLA contra as bases da UNITA no sudeste e leste de Angola[58]. Ocorrida entre julho e outubro de 1985, a operação militar Congresso II tinha o propósito de realizar um ataque total contra Savimbi e por fim a guerra civil angolana, que já se estendia por 10 anos. Tendo como principais alvos as cidades de Cazombo, na província do Moxico, e Mavinga, na província do Cuando-Cubango[59], a ofensiva mostrou-se bem sucedida nos seus primeiros meses. Logo depois do início da ofensiva, a UNITA já havia percebido que não teria como sobreviver às duas frentes de batalha. Apesar de suas forças combatentes somarem aproximadamente 30 mil homens – contra um efetivo angolano de pelo menos 20 mil – as tropas de Savimbi não estavam preparadas para uma guerra convencional. O uso de caças e bombardeiros soviéticos Mig-23 e Su-22, assim como o emprego de tanques T-62 e helicópteros de ataque Mi-24/25 pelas FAPLA deixou claro que a UNITA não teria condições de se defender sem artilharia pesada e poder de fogo, o que fez Savimbi solicitar a ajuda de Pretória.

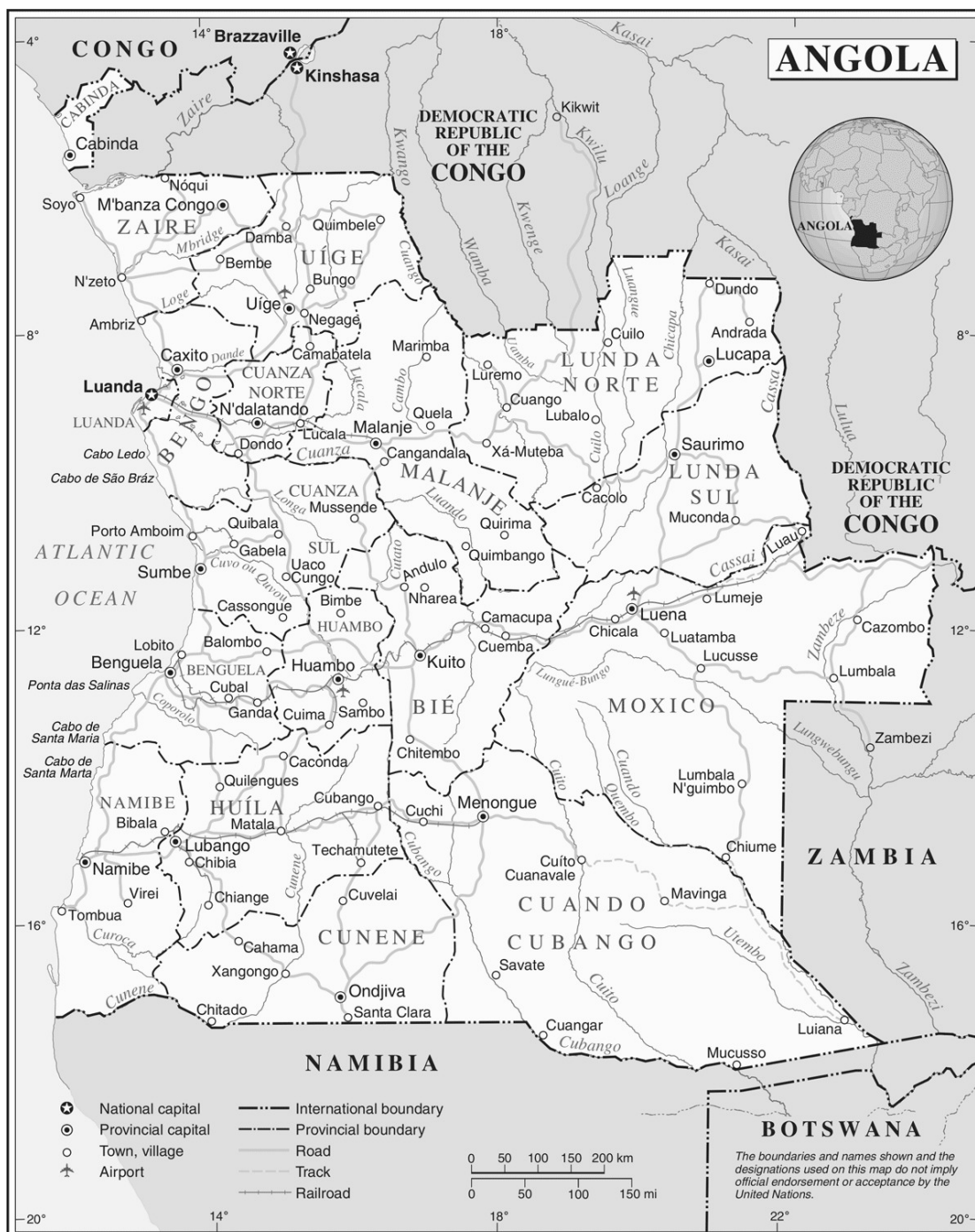
Em resposta ao pedido, em meados de setembro, a África do Sul lançou a operação Magneto, mas com a deterioração das duas frentes de combate Savimbi preferiu abandonar Cazombo e reunir suas forças em Mavinga. A cidade na província de Cuando Cubango era de importância estratégica, pois a sua conquista abriria caminho para o avanço da ofensiva até a região da Jamba, quartel-general da UNITA. Assim, no final de setembro Pretória respondeu novamente aos pedidos de reforço de Savimbi através da operação *Wallpaper*. Essa nova operação deu suporte aéreo à UNITA, com os caças Mirage F1AZ e os aviões de ataque Impala, além de disponibilizar lançadores múltiplos de foguetes (MRL – *Multiple Rocket-Launcher*) e obuses sul-africanos (G-5) para a defesa. As forças terrestres da UNITA, de

---

[57] O termo *perestroika* refere-se à reestruturação econômica implantada pela administração Gorbachev, a qual levou à abertura econômica do país.

[58] Segundo Gleijeses (2006, p 33), desde o final de 1984 o comandante-general Konstantin Kurochkin, chefe da missão soviética em Angola, estava entusiasmado com a idéia de atacar Mavinga. Além disso, conforme George (2005 p. 192-193), os soviéticos consideravam que seus dez anos de permanência e treinamento em território angolano, em conjunto com os cubanos, havia preparado as FAPLA para a realização de uma operação tão complexa. No entanto, nem Luanda nem Havana viam a situação de forma tão positiva. Enquanto os angolanos temiam que a divisão da ofensiva em duas frentes debilitasse suas forças combatentes, os cubanos temiam que os sul-africanos entrassem no combate, escalando o conflito. Apesar disso, os soviéticos conseguiram convencer as FAPLA a lançar a ofensiva, que contou com a participação de alguns oficiais soviéticos e cubanos no comando e suporte das tropas angolanas.

[59] A UNITA concentrava suas principais forças nestas duas regiões.

posse de parte da artilharia sul-africana, juntamente com o suporte aéreo da SADF, causaram grandes danos às tropas angolanas, que precisaram se retirar do teatro de operações e voltar para o local de partida da ofensiva, a cidade de Cuito Cuanavale.[60]

Mapa 03 – Províncias de Angola.

Retirado de: http://www.un.org/depts/Cartographic/map/profile/angola.pdf. Acesso em: 01 nov. 2011

[60] Para informações mais detalhadas da ofensiva de 1985, ver: BREYTENBACH, 2002, p. 254-266; BRIDGLAND, 1991, p. 14-16; GEORGE, 2005, p. 192-195; GLEIJESES, 2006, p. 32-34 e HEITMAN, 1990, p. 13-16.

Dessa forma, a entrada da África do Sul nos combates não somente causou uma escalada dos conflitos, como também modificou a balança de forças na região, revertendo as derrotas sofridas pela UNITA e colocando os angolanos na defensiva. Mesmo o reforço de armamentos militares que Angola recebeu da URSS entre 1984 e 1985 não conseguiu suprimir o principal ponto fraco das FAPLA na operação Congresso II: a defesa antiaérea[61]. Durante o planejamento das ações não se levou em conta que a África do Sul tinha o domínio aéreo no sul de Angola e que as defesas antiaéreas na região eram muito limitadas. Assim, a SADF teve liberdade para dar o suporte necessário a Savimbi. Conforme Jordaan (2006, p. 162), as operações militares da África do Sul na região, até então voltadas para o combate da SWAPO – através de operações de contra-insurgência e operações móveis semi-convencionais –, passaram a ser operações de sustentação da UNITA no sudeste de angolano – com escaladas para operações convencionais.

Após o fim da ofensiva, Pretória decidiu retomar as negociações e concordou em rever sua posição quanto à retirada cubana da região, já que Crocker havia prometido um maior engajamento dos EUA no suporte a Savimbi. A proposta do secretário americano era de que Washington não criaria condições para uma vitória da UNITA, mas não tornaria o grupo armado vítima das negociações.[62] No entanto, como Crocker denotou em uma reunião com o Ministro das Relações Exteriores sul-africano, em 13 de fevereiro de 1986, "a reconciliação nacional em Angola não poderia ser vinculada à resolução namibiana"[63]. Já o MPLA, temendo o financiamento americano a Savimbi via Zaire, colocou como pré-condição para a retomada das negociações o fim da ajuda externa à UNITA, abandonando as conversações em março de 1986, após o anúncio de Washington sobre o apoio militar ao grupo armado.

Contudo, além da decisão de Angola, outros fatores contribuíram para este novo impasse nas negociações. Na África do Sul, apesar da promessa de revisão das propostas para que um acordo pudesse ser alcançado, a posição oficial da presidência continuou a mesma. Conforme Gendelhuys (2009, p. 203, tradução nossa), em discurso ao parlamento no começo de 1986, P. W. Botha propôs "que a resolução 435 poderia ser implementada até 1º de agosto de 1986, desde que um acordo sólido e satisfatório pudesse ser alcançado quanto à retirada dos cubanos de Angola antes desta data". No entanto, a balança de poder regional não era

---

[61] Em relação ao reforço de armamento soviético, ver: MALAN, 2006, p. 262 e PAZZANITA, 1991, p. 93. Quanto aos problemas da defesa antiaérea angolana, ver: GEORGE, 2005 p.194 e GLEIJESES, 2006, p. 34.

[62] Cf.: KAGAN-GUTHRIE, 2009, p. 73.

[63] ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Summary notes of a meeting between a South African and United States delegation on the question of South West Africa/Namibia**. 1986. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.rep19860213.035.017.d1.18>. Acesso em: 21. Set. 2011.

favorável à Pretória[64]. Em 1986 uma nova onda de protesto levou ao colapso as discussões lideradas pela *Commonwealth*, as quais almejavam um melhor relacionamento entre o regime do *apartheid* e as lideranças negras da região. O aumento da polarização política e da violência na África do Sul isolou o país no sistema internacional – com a exceção da administração Reagan, nos EUA, e da administração Thatcher, no Reino Unido. Porém mesmo estes dois países sofriam cada vez mais pressão internacional para que eles apoiassem sanções contra Pretória, principalmente no Conselho de Segurança da ONU.

Cuba também havia se tornado um problema para as negociações mediadas por Washington. Desde o fim de 1984 os cubanos tentavam participar da mesa de discussões para a retirada de suas tropas e implementação da resolução 435, juntamente com Angola e África do Sul. Entretanto, apesar de nem angolanos nem sul-africanos se oporem inicialmente a idéia, os americanos recusaram a inclusão cubana nas negociações. Conforme Crocker (1993, p. 224-225), se por um lado Washington queria prevenir que os problemas entre EUA e Cuba trouxessem mais complicações às já perturbadas discussões entre Luanda e Pretória, por outro, havia a dificuldade em lidar com o assunto internamente no país. Para o secretário de Estado, não haveria como o forte movimento conservador americano aceitar conversas diretas com Havana. Além disso, com o revés sofrido por angolanos, soviéticos e cubanos na ofensiva de 1985 e na nova ofensiva de 1986, Castro vinculou a retirada das FAR de Angola ao fim do *apartheid* na África do Sul, o que era inaceitável para Pretória. Em uma conferência realizada em Quito, em agosto de 1988, Castro afirmou que:

> Na última reunião dos países não-alinhados em Harare [setembro de 1986], nós expressamos nossa disposição em manter nossa cooperação com Angola enquanto o *apartheid* existir. Eu declarei claramente que enquanto o *apartheid* existir, haverá perigo para todos os Estados da Linha de Frente. (CASTRO, 1988, tradução nossa).

Enquanto esses novos impasses se desenvolviam na mesa de negociações, Angola preparava-se para uma nova ofensiva em 1986. Segundo Gendelhuys (2009, p. 204), os soviéticos providenciaram vários armamentos militares para a substituição e reforço daqueles que haviam sido perdidos em campo de batalha no ano anterior, além de aeronaves que fariam parte de uma reserva da URSS para o caso de emergências na Europa.[65] Assim, a partir de

[64] Cf.: CROCKER, 1993, p. 335.

[65] Estima-se que mais de um bilhão de dólares americanos foram gastos nessa preparação para a ofensiva de 1986. Cf.: BRIDGLAND, 1991, p. 18 e GEORGE, 2005, p. 195. Também teriam sido enviados para Angola, aproximadamente, um contingente de mil homens da URSS, para o treinamento das FAPLA e comando das

maio de 1986 as forças combatentes angolanas começaram a se concentrar em Luena e Cuito Cuanavale, as mesmas cidades a partir de onde a operação Congresso II havia partido há um ano.

No entanto, o perigo enfrentado pela UNITA em 1985 fez com que Savimbi e Pretória lançassem ataques preventivos para conter uma nova ofensiva. Através de ataques à infraestrutura de Angola e interrupções nas linhas logísticas da frente de batalha, a SADF e a UNITA conseguiram novamente desestabilizar o planejamento soviético. Uma das principais rotas logísticas atacadas foi o eixo Namibe-Cuito Cuanavale, já que na cidade de Namibe estava localizado o maior porto da região sul de Angola, o qual funcionou como principal entreposto para o suprimento das tropas estacionadas em Cuito Cuanavale. Por isso, em junho de 1986, forças especiais sul-africanas realizaram uma investida contra o porto de Namibe. Conforme Magnus Malan, Ministro da Defesa da África do Sul entre 1980 e 1991:

> A ofensiva planejada foi ainda mais prejudicada quando as Forças Especiais e a UNITA afundaram um navio soviético no porto de Namibe e danificaram seriamente dois outros que estavam carregando materiais essenciais para o ataque. Ao mesmo tempo, alguns dos reservatórios de óleos no porto também foram destruídos. (MALAN, 2006, p. 263, tradução nossa).

Além disso, a chegada de ajuda militar estadunidense, em meados de 1986, aumentou o poder de fogo do grupo de Savimbi e causou ainda mais problemas para as FAPLA. Entre os armamentos enviados, destacavam-se os mísseis antitanque TOW e os mísseis Stinger, os quais prejudicaram a superioridade aérea das tropas angolanas, recentemente adquirida com o rearmamento soviético. Em agosto, após a destruição parcial da ponte sobre o rio Cuito e o ataque às instalações de artilharia e radar baseadas em Cuito Cuanavale, soviéticos, cubanos e angolanos decidiram cancelar a ofensiva antes mesmo de ser lançada. Isso causou um novo embaraço entre os soviéticos, que decidiram novamente reforçar os armamentos e treinamento das FAPLA, pensando em uma última campanha, na próxima estação seca.[66]

---

operações, e mais dois mil da Alemanha Oriental, para assistência nas telecomunicações e nos serviços de inteligência. Cf.: GENDELHUYS, 2009, p. 204.

[66] As operações militares no sul de Angola usualmente eram lançadas nas estações secas (de maio a outubro), pois com o início da temporada de chuvas na região o avanço de artilharia pesada tornava-se inviável. Para informações mais detalhadas da ofensiva de 1986, ver: BREYTENBACH, 2002, p. 266-271; BRIDGLAND, 1991, p. 17-18; GEORGE, 2005, p. 197-199 e HEITMAN, 1990, p. 17-19. O pesquisador americano Gleijeses (2006, p. 36) argumenta que a ofensiva não foi nem lançada pois os cubanos conseguiram convencer os angolanos a não prosseguir com a idéia.

Com o abrandamento dos confrontos diretos, o MPLA e o governo do NP decidiram retomar as conversas bilaterais em abril de 1987. No entanto, o compromisso da África do Sul com a nova rodada de negociações estava comprometido, pois Pretória estava mais preocupada com a contínua resistência interna ao regime do *apartheid* e com as mudanças militares ocorridas em Angola. O grande suporte militar que os soviéticos vinham oferecendo à Luanda desde 1985 estava dotando as FAPLA com armamentos e tecnologias militares superiores às possuídas pela SADF, indeterminando a superioridade aérea da África do Sul no sul de Angola. Além disso, apesar dos sul-africanos considerarem suas forças combatentes melhor preparadas do que as angolanas para conflitos de maiores proporções – como a ofensiva de 1985 –, havia uma apreensão entre os militares de que uma escalada cubana pudesse aprisionar as tropas do país em uma guerra convencional e criar uma balança de poder desfavorável aos interesses de Pretória.

Angola, por sua vez, traçava uma nova estratégia nacional, baseada na reforma de sua economia, na flexibilização de sua diplomacia, e no aumento de seu poder militar.[67] Essa estratégia tinha o intuito de alcançar uma solução para o novo contexto regional e internacional da segunda metade da década de 1980. A reforma econômica surgiu como uma resposta do governo à crise que o país enfrentava devido à queda do preço do petróleo em 1986, dificultando o investimento necessário para aniquilar a UNITA e por fim à guerra civil. Através da implantação de medidas econômicas pró-capitalistas, o MPLA melhorou os laços com o Ocidente, o que era visto pelo partido como fator importante para que estes países pudessem ajudar Angola a se reerguer da crise através de investimentos e doações.[68] A flexibilização da diplomacia angolana também se deu no intuito de conseguir aporte financeiro do Ocidente, mas a campanha diplomática desenvolvida por Savimbi nos últimos anos certamente influenciou Dos Santos a seguir este caminho. Ao mesmo tempo, Luanda continuava a tentar aumentar e estender o seu poderio militar para a região, através de suporte soviético e cubano.

Enquanto isso, EUA e URSS criavam boas relações quanto às questões envolvendo a África Austral, com ambos os países afirmando que era preferível resolver o conflito entre Angola e África do Sul através de negociações (apesar de ambos continuaram a dar suporte militar aos envolvidos na guerra regional). No entanto, de acordo com Pazzanita (1991, p. 99), as negociações tinham chegado a um impasse tão grande que não era possível resolver os

[67] Cf. CROCKER, 1993, p. 340; KAGAN-GUTHRIE, 2009, p. 74; PAZZANITA, 1991, p. 95.

[68] É importante ressaltar que a reforma econômica angolana também sofreu a influência das mudanças políticas implementadas por Gorbachev, apesar de, como já dito, a URSS não haver recomendado reformas similares aos Estados de orientação socialista. Cf.: MCFAUL, 1990, p. 175.

problemas entre angolanos e sul-africanos apenas através da pressão política. Somente a criação de ameaças através do uso de coação militar destravaria as conversas bilaterais para que fosse possível alcançar um acordo entre os envolvidos nos conflitos no sul de Angola. Com o início da estação seca em 1987, lançaram-se as operações Modular e *Saludando Octubre*, colocando URSS, Cuba, Angola, EUA e África do Sul, além da UNITA, em uma campanha militar que iria determinar o futuro da África Austral.

2.2 Os fins políticos e objetivos militares

A campanha militar de Cuito Cuanavale teve início em abril de 1987, com as FAPLA e os soviéticos dirigindo-se para a cidade de Mavinga.[69] No entanto, até o início de agosto do mesmo ano, as operações caracterizaram-se por combates de baixa escala, com a escalada dos conflitos ocorrendo somente após a entrada de tropas sul-africanas no teatro de operações. Partindo de Lucusse, cidade situada no leste angolano, as forças combatentes de Angola, acompanhadas de oficiais soviéticos, deslocaram-se em direção ao sul do país no intuito de retomar o território sob controle de Savimbi. Porém, os ataques da UNITA à frente militar e o corte de suas linhas de comunicação e logística levaram a nova ofensiva à falência. Segundo Malan (2006, p. 265-266) e Gendelhuys (2009, p. 228), a SADF não teve participação nesses combates, os quais foram lançados pelo MPLA apenas para distrair a África do Sul e a UNITA, enquanto se fortalecia a frente principal da campanha: Cuito Cuanavale.

Havana foi inicialmente contra a retomada dos conflitos, alegando novamente que isso apenas criaria motivos para uma nova ingerência de Pretória na região. Apesar disso, Moscou decidiu continuar com os planos e convenceu Luanda a fazer o mesmo. Desde 1975 o governo do MPLA travava uma guerra interna contra a UNITA, tendo como finalidade o extermínio

[69] A literatura especializada refere-se à campanha militar de Cuito Cuanavale como a “ofensiva de 1987” ou a “ofensiva de Shaganovitch”, havendo alguns pesquisadores que preferem dispensar essas expressões e utilizam apenas o nome das operações lançadas pela África do Sul – é menor o número dos que fazem referência às operações angolanas/cubanas – para falar sobre os conflitos ocorridos entre 1987 e 1988 no sul de Angola. Além disso, a periodização da ofensiva é controversa. Apesar de a maioria concordar que os eventos ocorridos entre agosto de 1987 e junho de 1988 fizeram parte de um mesmo processo, alguns pesquisadores recuam essa data para o lançamento da frente de Lucusse, em abril de 1987. Nesta pesquisa, optou-se pela utilização do termo “campanha militar” para os conflitos ocorridos entre a ofensiva de Lucusse e os acordos de Nova Iorque (abril de 1987 a dezembro de 1988). Esta decisão baseia-se no conceito de campanha militar apresentada no Glossário de termos e expressões para uso do exército, do Estado-Maior do Exército brasileiro, o qual descreve a campanha como sendo “um conjunto de operações militares, relacionadas no tempo e no espaço, visando a um determinado fim” (BRASIL, 2003, p. C-3).

do grupo armado[70]. Contudo, Luanda ficava cada vez mais apreensiva com o aumento das operações comandadas por Savimbi, as quais criavam ameaças consideráveis para o partido de viés marxista.[71] Somado a isso, a constante interferência sul-africana em ações pró-UNITA dificultava ainda mais a obtenção do fim político almejado pelo MPLA. Por isso, a campanha militar de 1987 não somente incorporava a finalidade última da guerra civil angolana, como também acrescenta uma finalidade ligada à guerra de fronteira sul-africana[72]: fortalecer a posição de Angola nas negociações. Conforme Dosman (2008, p. 208), Luanda optou por uma estratégia de "luta e negociação", de forma a transformar os ganhos no campo de batalha em maior poder de barganha nas discussões bilaterais. Assim, em agosto de 1987 Dos Santos manifestou a intenção de retomar as negociações, propondo que a retirada das FAR se desse em dois anos (contra a proposta de 1984 de três anos), mas solicitou como contrapartida uma data para a implantação da resolução 435 e o fim do financiamento americano à UNITA, além de afirmar que não negociaria a retirada das tropas cubanas estacionadas no norte do país. Com essa proposta, "Dos Santos não corria riscos que Pretória e Washington pudessem concordar"[73]. Enquanto isso, as FAPLA avançavam sobre os territórios a leste do rio Cuito.

Já os fins almejados pelos soviéticos são um pouco mais difíceis de compreender. Isso porque se por um lado Gorbachev prosseguia com suas reformas na URSS e demonstrava preferir uma solução política para os conflitos entre Angola e África do Sul – de acordo com sua nova política para conflitos regionais –, por outro Moscou incitava a continuação dos conflitos na região, através do reforço nos armamentos das FAPLA e com o planejamento de ofensivas militares. No entanto, o comportamento aparentemente contraditório do Kremlin não era exclusivo da administração Gorbachev. Durante o período em que Brejnev esteve no comando da URSS, Moscou também desempenhou um papel dúbio nas relações com Angola. Apesar de dar suporte ao governo do MPLA, os soviéticos não autorizaram intervenções cubanas mais extensas no território – o que levou os cubanos a tomar a decisão unilateral de entrar em Angola sem informar a URSS em 1975 – e foram acusados de planejarem um golpe

[70] A guerra civil angolana é, conforme os conceitos da teoria da guerra, uma guerra ilimitada, pois o conflito somente acaba quando um dos lados está prostrado, com suas forças combatentes destruídas e sem vontade de resistir. Nesse tipo de guerra, não há possibilidade de solução negociada entre os adversários.
[71] Cf. WILLIAMS, 2008, p. 97.
[72] A guerra de fronteira sul-africana é, conforme os conceitos da teoria da guerra, uma guerra limitada, pois não há a intenção, ou os meios necessários, para uma derrubada total do inimigo, sendo a guerra travada no intuito de alcançar uma solução negociada.
[73] CROCKER, 1993, p. 354, tradução nossa.

de Estado contra Agostinho Neto, primeiro presidente angolano no pós-independência, em 1977 – o qual não se concretizou por causa da rápida resposta cubana.[74]

O que em parte permite compreender essa aparente contradição soviética é a lógica própria da Guerra Fria. Se em 1975 Brejnev preferiu não autorizar a escalada cubana (quando a África do Sul ocupou a barragem de Calueque), o fez pensando na política de distensão construída com Nixon. Por sua vez, se Gorbachev optava por um discurso pró-negociações em 1987, o fazia em um contexto onde URSS e EUA caminhavam para um bom relacionamento. Porém é necessário ressaltar que ainda havia a disputa entre as duas potências em ambos os casos. Por isso McFaul (1990) afirma que apesar do interesse soviético na obtenção de um acordo na África Austral, isto não significava que Moscou estivesse disposto a abandonar Angola. Dessa forma, uma das finalidades da campanha militar de 1987 seria a manutenção do governo do MPLA em Angola, de forma a manter uma balança de poder não desfavorável para a URSS.

Além disso, os trabalhos de Vanneman (1990) e Shubin e Tokarev (2007) apresentam outro argumento para a compreensão dos fins políticos soviéticos na ofensiva angolana. Conforme os autores, haveria na política externa de Moscou a influência de um forte sentimento anti-imperialista, o qual unia "os movimentos de libertação nacional, a comunidade socialista e a classe operária dos países capitalistas" (SHUBIN; TOKAREV, 2007, p. 609, tradução nossa). Por isso se deu a intervenção soviética em Angola. Vanneman é um pouco mais crítico e argumenta que essa diplomacia anti-imperialista soviética era um instrumento de Moscou para ganhar vantagens sobre as vulnerabilidades americanas, através de uma "globalização de baixo risco". Assim, a finalidade soviética na campanha de Cuito Cuanavale também estaria ligada ao apoio estratégico ao MPLA no intuito de não deixar o país sofrer com o imperialismo sul-africano e americano.[75]

Enquanto isso, África do Sul e UNITA normalizavam suas relações[76] e lançavam três operações tendo como alvo as FAPLA. A operação Chuva foi lançada em maio de 1987,

---

[74] Para maiores informações sobre a tentativa de golpe de Estado contra Agostinho Neto e o envolvimento de assessores soviéticos ver: GLEIJESES, 2006, p. 31-32 e SHUBIN; TOKAREV, 2007, p. 613-614.

[75] Vanneman dá a entender em seu livro que a ofensiva de 1987 não foi lançada contra a UNITA, mas contra a África do Sul, com o objetivo de derrubar o regime do *apartheid*. Entretanto, apesar da URSS não ser favorável à Pretória, esse argumento carece de comprovação factual. Cf.: VANNEMAN, 1990, p. 53-57.

[76] Após o final da ofensiva em 1986, a relação entre Savimbi e Pretória deteriorou, devido aos créditos que cada lado levava pelos ataques contra a ofensiva soviética. De um lado, a UNITA afirmava que tinha contido as FAPLA sozinha, o que projetava sua imagem internacional; de outro, a SADF afirmava que tinha dado suporte essencial à Savimbi, após seu envolvimento em Angola, até então encoberto, vir à tona. Tentando se afastar da figura de representante do regime do *apartheid* na região, a UNITA recusou ajuda sul-africana no combate à nova ofensiva que se aproximava. Contudo, em meados de abril de 1987, ao perceber que seu grupo armado não

utilizando a mesma tática empregada nos ataques preventivos de 1986: atrasar o deslocamento das forças combatentes angolanas através de ataques em suas linhas de abastecimento. As mesmas equipes que participavam dessa operação deveriam também engajar-se no treinamento das tropas de Savimbi e preparar o teatro de operações. Além disso, a SADF enviou quatro regimentos de reconhecimento para analisar a possibilidade de destruir a ponte sobre o rio Cuito, no que foi denominado de operação *Coolidge*. Juntamente com essas duas operações militares, Pretória deu início à primeira fase da operação Modular, que realizou durante os meses de maio e junho o planejamento de uma contra-ofensiva no entorno de Cuito Cuanavale.

A operação Modular[77] tinha como objetivo militar parar a ofensiva angolana. Dessa forma, quatro opções de ação foram apresentadas, as quais previam desde um suporte clandestino e limitado à UNITA (opção nº 1) até ofensivas surpresas contra a infraestrutura do país, incluindo o ataque às bases aéreas de Menongue e Lubango, a oeste de Cuito Cuanavale, e a tomada da cidade para ocupação permanente da UNITA (opção nº 4). A decisão da SADF, aprovada pelo Ministro da Defesa, foi implementar imediatamente a opção nº 1 e, caso necessário, implantar a opção nº 2 (previa envolvimento aberto da SADF, mas sem ataques a infraestruturas e com um perímetro de ação de aproximadamente 30 quilômetros a partir de Cuito Cuanavale). Assim, em julho de 1987, os sul-africanos enviaram ajuda militar limitada e clandestina para o sudeste de Angola, mas com o fortalecimento das forcas combatentes angolanas, em agosto do mesmo ano, a SADF decidiu implementar a opção nº 2, enviando o 32º batalhão (Batalhão Búfalo) e outros reforços.

O envolvimento de Pretória na região não era novo. Porém, desde a retirada das tropas sul-africanas de Angola em 1976 que a África do Sul não entrava no país com o objetivo claro de dar apoio militar à UNITA. No entanto, isso havia se tornado rotineiro desde 1985. A cada novo ano, uma nova ofensiva era planejada pelos soviéticos e uma nova contra-ofensiva era executada por Savimbi com o suporte das forças combatentes sul-africanas. Essa nova atitude da África do Sul tinha como finalidade a sobrevivência da UNITA. O controle pelo grupo armado da região sudeste de Angola servia como cordão sanitário entre o Estado marxista e a Namíbia, além de impedir o acesso da SWAPO ao território ocupado pelos sul-africanos. Ou

---

conseguiria fazer frente a uma FAPLA fortalecida, Savimbi novamente voltou-se para Pretória. Cf.: ÁFRICA DO SUL, [198-?], p. 6-7.

[77] Os detalhes da operação Modular foram retirados de documentos disponibilizados pelo Arquivo do Departamento da Defesa da África do Sul e das memórias do Ministro da Defesa da África do Sul (Magnus Malan) e do Chefe da SADF (Jannie Gendelhuys) no período. Além disso, fez-se o uso das memórias do tenente-coronel soviético Zhdarkin, do coronel soviético Mityaev e do tenente soviético Alekseevsky.

seja, havia uma apreensão por parte de Pretória de que caso a UNITA fosse derrotada, SWAPO e CNA teriam livre acesso à região, a partir da onde facilmente conseguiram atingir a Namíbia e a África do Sul.[78] Gendelhuys confirmou este receio:

> Se eles sucedessem e conseguissem estabelecer controle militar no sul de Angola nossas operações contra o PLAN [braço armado da SWAPO] mais uma vez se estenderiam da foz do rio Cunene, a oeste, em Kaokoland, até a ilha de Mpalela, no ponto mais a leste de Caprivi. [...] Havia também campos do MK no norte de Angola. Eles provavelmente seriam transferidos para o sudeste de Angola se forças cubanas e do MPLA controlassem a área. Isto os traria até onde as fronteiras da Zâmbia, Zimbábue e Botsuana convergem, e poderia criar uma nova rota de infiltração em solo sul-africano. (GENDELHUYS, 2009, p. 227, tradução nossa).

A possibilidade de insurgência na fronteira era considerada uma ameaça não só à África do Sul, mas também ao próprio regime do *apartheid*. Por isso, que o principal fim político da guerra de fronteira sul-africana era controlar o processo de independência na Namíbia, o qual deveria ocorrer sem a SWAPO, já que as possibilidades do movimento de libertação ganhar as eleições eram grandes. Assim, a campanha militar no sudeste de Angola, conforme Minter (1994, p. 144) teve também como finalidade política a obtenção de mais tempo para que Pretória conseguisse construir uma alternativa viável à SWAPO, vista como mais um cliente de Moscou. Malan é taxativo ao falar no parlamento, em setembro de 1987, que a África do Sul não iria "permitir que os vermelhos içassem sua bandeira em Windhoek"[79]. O medo de que a expansão marxista tivesse como alvo Pretória é perceptível pelos discursos dos parlamentares sul-africanos, que constantemente referem-se à tentativa soviética de expandir sua revolução. Neste mesmo discurso, o Ministro da Defesa comentou que "a África do Sul considera a exportação da revolução [...] inaceitável"[80].

Já a UNITA tinha como fim político básico sobreviver as investidas militares do MPLA. Mas o grupo de Savimbi, atacado pelo terceiro ano consecutivo, precisava também conter as FAPLA de tal forma que não fosse possível às forças combatentes angolanas lançar outra ofensiva em 1988. Assim, a UNITA tentava reverter seus ganhos em campo de batalha através de prestígio e pressão. Savimbi sabia que a cada nova derrota angolana seu prestígio internacional aumentava, já que o grupo armado havia conseguido expulsar os soviéticos,

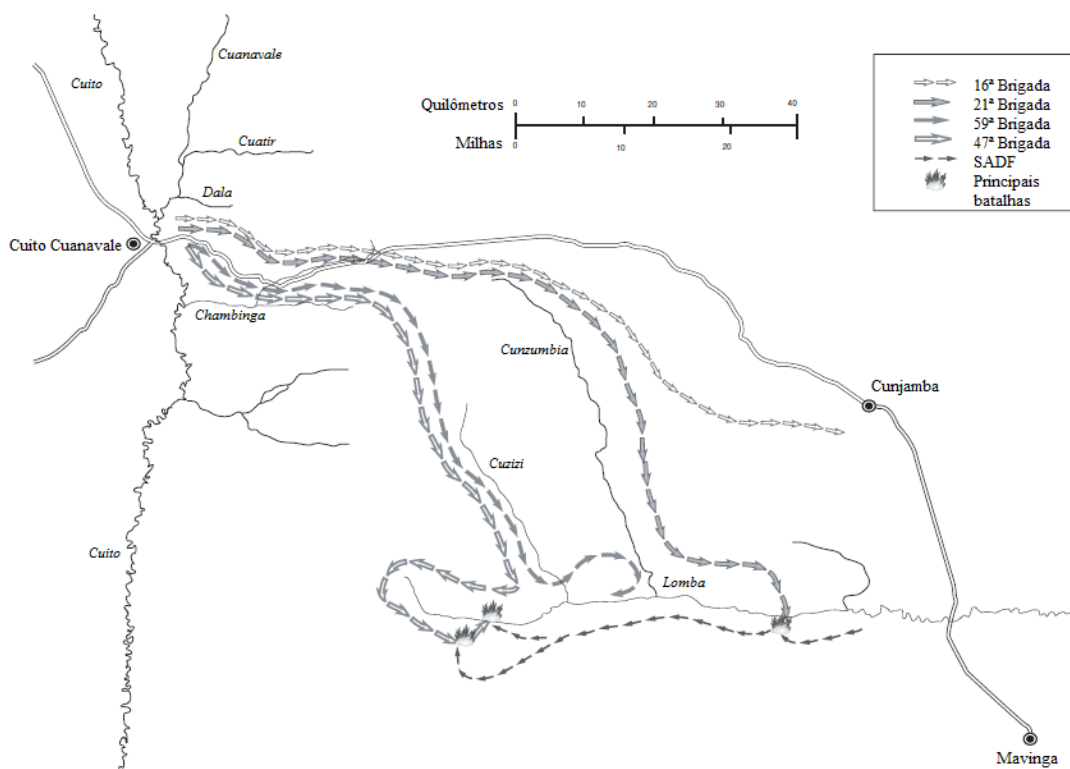
---

[78] Cf. LABUSCHAGNE, 2009, p. 43; e MINTER, 1994, p. 144.
[79] ÁFRICA DO SUL, 1988a, p. 5898, tradução nossa.
[80] *Ibid*., p.5912, tradução nossa.

apesar das diferenças entre a artilharia e o poder de fogo dos combatentes. Além disso, as vitórias parciais de Savimbi punham mais pressão sobre o governo do MPLA. Segundo Crocker, com o recuo das FAPLA, após várias derrotas na região do rio Lomba, em outubro de 1987 Dos Santos ficou "preocupado que ele pudesse ser pressionado a fechar um acordo com a UNITA"[81].

Esse receio angolano era justificável. Novamente Luanda havia começado uma ofensiva com os soviéticos, em abril de 1987, e novamente as forças conjuntas da SADF/UNITA haviam repelido o ataque. A operação angolana *Saludando Octubre*, que tinha como objetivo militar capturar a cidade de Mavinga para, a partir dali, atacar a região da Jamba, foi respondida com a operação sul-africana Modular. A partir de Cuito Cuanavale, a 16ª, 21ª, 47ª e 59ª brigadas das FAPLA iniciaram o deslocamento em direção ao rio Lomba, um dos maiores obstáculos para a chegada a Mavinga. No intuito de melhor empregar suas forças, foi decidido que as brigadas deveriam se separar no caminho até Mavinga e se reunir após a travessia do rio Lomba. No entanto, este movimento foi fatal para a ofensiva, já que, segundo George (2005, p. 205) as tropas angolanas precisavam atacar a SADF/UNITA, que estava posicionada a sul do Lomba, enquanto tentavam se unir novamente.

Os combates de setembro ocorreram nas margens do rio, com os ataques da SADF/UNITA realizados durante as tentativas de travessia do Lomba pelas brigadas angolanas – travessias que não se concretizaram. Pretória, percebendo que a contra-ofensiva estava obtendo sucesso, decidiu estender a operação Modular por mais um tempo, assim como optou por uma abordagem mais agressiva. Com o fim de setembro e posterior destruição da 47ª brigada na primeira semana de outubro, as novas ordens eram para a SADF/UNITA perseguir as FAPLA e destruir toda e qualquer força combatente a leste do rio Cuito. Além disso, Pretória autorizou a utilização dos tanques Olifant em Angola, os quais permitiram, segundo Jordaan (2006, p. 179) tornar as movimentações táticas sul-africanas mais ofensivas, em contraposição às operações de defesa móvel aplicadas até o momento.

[81] CROCKER, 1993, p. 365, tradução nossa.

Mapa 04 – A ofensiva das FAPLA na região do rio Lomba. Adaptado de: GEORGE, 2005, p. 204.

Com a destruição da 47ª brigada, Luanda ordenou a retirada das tropas angolanas da região do Lomba para Cuito Cuanavale. A destruição da 47ª Brigada é citada como o ponto de inflexão da campanha militar. Zhdarkin (2008, p. 262, tradução nossa), tenente-coronel soviético, afirmou em seu diário que "a derrota esmagadora da 47ª brigada afetou seriamente a 16ª, 21ª e 59ª brigada, assim como a situação militar como um todo". No entanto, com o novo mandato dado à SADF/UNITA, a retirada tornou-se problemática, pois os angolanos eram seguidos de perto pelos sul-africanos, que mantinham a pressão sobre as FAPLA com os ataques de seus Mirages e G-5s. Logo, com a chegada das forças combatentes pró-UNITA nas redondezas de Cuito Cuanavale, a cidade foi sitiada e atacada.

Cuba, que até o momento não havia desempenhado nenhum papel importante nos últimos acontecimentos na região, foi requisitada por Luanda para socorrer as FAPLA e, se possível, reverter a situação desfavorável. Fora das negociações diplomáticas e sem grande participação na campanha militar, Castro viu o pedido como um grande momento para Cuba, segundo Crocker (1993, p. 365). Os cubanos já estavam preocupados com a possibilidade de os angolanos serem forçados a um acordo sem sua participação e viam-se presos a uma "aliança estratégica pobre". No entanto, como os soviéticos não possuíam um plano de ação para resolver os problemas criados pela ofensiva militar (limitando-se a repetir que soluções

políticas deveriam ser alcançadas), os cubanos decidiram escalar o conflito, com o envio de mais tropas e armamentos próprios. Como a extensão da vitória da SADF/UNITA havia criado uma crise em Cuito Cuanavale, Havana viu-se obrigada a agir para prevenir que a cidade caísse nas mãos de Pretória.

Assim, as FAR entraram na campanha militar em novembro, com a *Maniobra XXXI Anniversario*, que tinha como objetivo militar defender Cuito Cuanavale com o uso de forças terrestres e aéreas, não permitindo o avanço sul-africano. O ingresso de Cuba no teatro de operações vinha a cumprir alguns fins políticos que Havana perseguia, tanto pela guerra quando pela via diplomática. Uma das finalidades almejadas por Castro era conseguir uma saída honrosa de Angola. Conforme Dosman (2008, p. 208), os custos da permanência cubana no país eram altos demais e qualquer acordo que não estivesse ao gosto de Cuba seria considerado uma humilhação. Por isso, Castro não somente optou por entrar na campanha, como reforçou seu pedido para participar da mesa de negociações. Além disso, George (2005, p. 196-199) argumenta que o futuro político de Castro dependia do resultado da campanha militar de Cuito Cuanavale, já que a sua sobrevivência enquanto líder político não parecia ser uma das preocupações de Moscou.

Contudo, pesquisadores como Gleijeses (2006), Gonzales (2000) e Saney (2006) preferem ver a escalada cubana como parte de uma política mais ampla. Segundo esses autores Cuba tinha como fim político a preservação de uma Angola independente e soberana. Conforme Gonzales (2000, p. 317), os objetivos da política externa de Havana eram o suporte aos movimentos de libertação nacional, a defesa da soberania estatal e a solidariedade com os países do Terceiro Mundo. Dessa forma, esses objetivos explicariam o porquê Castro aceitou lutar ao lado do governo do MPLA. Já Gleijeses (2006, p. 45-47), fala em senso de missão revolucionária e internacionalismo, mas acrescenta um fator importante em sua análise: a atuação cubana no exterior era reflexo, também, de uma auto-defesa. Ou seja, como Cuba não tinha condições de tomar a ofensiva diretamente contra potências hostis, o fazia indiretamente, nos países do Terceiro Mundo.

3 OS ACORDOS TRIPARTIDOS

Os eventos ocorridos no teatro de operações, durante o primeiro semestre de 1988, foram fundamentais para o desenvolvimento do período de negociações diretas, que se estendeu de maio a dezembro do mesmo ano. A mudança das posições estratégicas dos envolvidos no conflito os levou a mesa de negociações, tornando possível a assinatura dos acordos de Nova Iorque, os quais puseram um fim à longa guerra de fronteira sul-africana. No entanto, para que isso fosse possível, cubanos e angolanos tiveram que estabilizar sua posição em Cuito Cuanavale, para depois lançarem uma ofensiva contra os sul-africanos com a ocupação do Cunene. A partir desse momento, Castro e Dos Santos puderam transformar seus ganhos no campo de batalha em ganhos nas discussões trilaterais.

3.1 Mudanças no teatro de operações

Apesar das tropas cubanas estarem dando suporte à campanha militar das FAPLA desde novembro de 1987, somente no início do próximo ano que as maiores batalhas entre as FAR/FAPLA e a SADF/UNITA aconteceram. A partir de janeiro, os sul-africanos deram continuidade a sua ofensiva estratégica com o objetivo militar de retirar as forças combatentes cubanas e angolanas posicionadas a leste do rio Cuito. A primeira batalha, ocorrida nos dias 13 e 14 de janeiro, bombardeou a 21ª brigada das FAPLA, posicionada na dianteira da linha de defesa de Cuito Cuanavale, levando a brigada a recuar para o rio. Porém, a força limitada da SADF a fez retirar suas tropas do campo de batalha, não voltando a atacar as forças angolanas a leste de Cuito Cuanavale até 14 de fevereiro.

O insucesso das FAR/FAPLA em se defender dos ataques da SADF/UNITA aconteceu em um péssimo momento para Havana, já que em 29 de janeiro os cubanos foram informados que Washington havia concordado em incluí-los nas negociações. Cuba preocupava-se com a possibilidade de que, caso o cenário desfavorável em Cuito Cuanavale não sofresse um revés, os cubanos seriam forçados a assinar um acordo prejudicial aos seus interesses nacionais. Assim, apesar da aprovação de sua participação nas discussões ser um importante avanço para Cuba, que poderia influenciar os rumos dos acontecimentos no sul de Angola através de seu corpo diplomático, o anúncio dessa participação veio em uma má hora, já que sem ganhos no campo de batalha os cubanos dificilmente obteriam ganhos substantivos na mesa de negociações.

No entanto, a aceitação dos EUA quanto à inclusão de Havana nas conversações não ocorreu em função do desastre militar cubano de meados de janeiro. Conforme Crocker (1993, p. 356-357), essa alteração no posicionamento americano deu-se pela percepção de Washington que Castro precisava de uma saída honrosa da guerra, fosse através do campo de batalha, fosse através da mesa de negociações. Dessa forma, pareceu à delegação diplomática estadunidense que ter Havana nas discussões ajudaria a destravá-las. Em conversas com o diretor geral do NP e Crocker em meados de março de 1988, o secretário americano afirma que a posição dos EUA mudou pois "Angola era capaz de fazer melhores progressos com a participação de Cuba"[82]. Porém, outros fatores também influenciaram a decisão de Washington. Segundo Gleijeses (2007, p. 294), a escalada cubana na campanha militar forçou os EUA a aceitá-los, enquanto McFaul (1990, p. 183) credita o fato à persuasão soviética dos EUA[83].

Enquanto isso, no teatro de operações a posição estratégica sul-africana começa a se deteriorar. Após um novo ataque bem sucedido em 14 de fevereiro contra a 21ª e a 59ª brigada, a SADF sofreu a sua primeira derrota, apenas cinco dias depois. Ao tentar atacar a 59ª brigada, as forças combatentes da África do Sul sofreram baixas de pessoal e armamentos, sendo obrigadas a retirarem-se do campo de batalha. Em uma nova tentativa de atacar a 59ª brigada, dessa vez durante a retirada da brigada para o lado oeste do rio Cuito, as tropas da SADF/UNITA novamente foram obrigadas a recuar. A combinação do uso extensivo de minas terrestres no entorno da ponte sobre o rio Tumpo e de ataques aéreos dos MiG soviéticos demonstraram ser uma boa tática contra o avanço da SADF, liderado pelos tanques sul-africanos Olifant. Mesmo assim, Pretória não desistiu e um novo ataque foi planejado ainda para o final do mês de fevereiro. Entretanto, problemas técnicos nos blindados da África do Sul os deixaram em uma posição fraca no combate, forçando novamente a sua retirada.

Ao final de fevereiro de 1988, o saldo sul-africano de três derrotas seguidas nas batalhas do rio Tumpo, não só demonstrava a eficiência do plano defensivo cubano, como também indicavam que a balança de poder na região estava sendo alterada. Por isso que, no início de março, Malan fez um pronunciamento pedindo negociações entre Pretória e Moscou

---

[82] ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Meeting between director-general NP van Heerden and C. Crocker assistant secretary of state in Washington**. 1988c. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.min19880330.035.017.d1.18>. Acesso em: 21 set. 2011.

[83] O discurso de Crocker na reunião com van Heerden em 30 de março fortalece o argumento de McFaul. Nele, Crocker afirmava que "outro exemplo do interesse soviético na questão foram seus esforços para assegurar a participação cubana nas negociações sobre o assunto. Eles (URSS) enviaram numerosas mensagens para os Estados Unidos e consideravam o envolvimento cubano importante". Cf. ÁFRICA DO SUL. *op. cit.*.

na busca de uma solução para a guerra em Angola. Assim, percebendo as modificações no teatro de operações, a África do Sul decidiu se engajar na obtenção de uma solução política para a guerra enquanto ela ainda possuía algum poder de barganha, fruto dos ganhos acumulados no campo de batalha. O erro de Pretória – assim como de Washington – foi crer que o principal personagem dos conflitos no sul de Angola era a União Soviética. Segundo essa visão, foi a URSS que deu início ao combate e era ela que deveria por um fim nele, freando os cubanos e angolanos.

No entanto, desde as derrotas das FAPLA em outubro de 1987, os cubanos haviam assumido a liderança da campanha militar de Cuito Cuanavale, ficando os soviéticos com o papel de fornecedor de armamentos[84]. Conforme Crocker (1993, p. 379, tradução nossa) "[...] nós [delegação diplomática americana] ainda víamos Gorbachev ao invés de Castro como o agente amadurecido potencial. Mas gradualmente tornou-se claro que Castro estava conduzindo o trem comunista em Angola". Não somente Castro estava conduzindo os eventos em Angola, como os conduzia a fim de conseguir a retirada cubana do país, mas de forma honrosa. Enquanto isso, o MPLA sentia-se cada dia mais confortável com o revés na campanha, não transformando a retirada cubana do país na sua prioridade principal. Além disso, com a retomada das negociações, o MPLA estava apreensivo com a possibilidade de uma redução do tempo proposto para a retirada das FAR, tendo em vista uma possível nova deterioração da situação interna angolana. Segundo Crocker (1993, p. 434, tradução nossa), "os cubanos tem todas as cartas; eles montaram um esforço militar extraordinário, mas este esforço somente faz sentido como prelúdio de uma partida antecipada e digna. Eles, não o MPLA, são os que estão moldando as negociações e as conduzindo adiante".

3.2 De Londres a Nova York

Crocker (1993, p.425-426) divide as negociações que culminaram nos acordos de Nova Iorque em quatro fases. A primeira fase, que abrange o período entre maio e julho de 1988, corresponde aos esforços para definir quais pontos seriam ou não incluídos nas conversas trilaterais. Além disso, nesses primeiros encontros buscava-se obter o comprometimento dos governos de Pretória, Luanda e Havana no processo de negociação. Durante julho e agosto, com a definição da pauta das discussões, o debate centrou-se no fim

[84] Shubin (2007, p. 260) argumenta que a reversão dos acontecimentos em Cuito Cuanavale só foi possível devido ao armamento soviético, em especial ao sistema de defesa aéreo e aos caças MiG-23. McFaul (1990, p. XX) fala que o papel soviético foi importante, mas não determinante para a resolução dos conflitos de 1987/88.

das hostilidades e da guerra de fronteira sul-africana. A partir de então as negociações buscaram um calendário para a retirada total das tropas cubanas, assim como cuidaram do aspecto formal dos acordos a serem assinados. Por fim, entre novembro e dezembro os últimos pontos dos tratados foram verificados e uma comissão conjunta foi criada para acompanhar o cumprimento dos acordos.

O primeiro encontro entre os três Estados, com a mediação dos EUA, ocorreu em Londres[85], durante os dias 3 e 4 de maio. Nele, a discussão deu-se em cima da proposta conjunta de Angola e Cuba, apresentada aos EUA dois meses antes. Conforme essa proposta inicial, a África do Sul deveria cessar qualquer tipo de agressão contra Angola e retirar suas tropas do país, além de implantar a resolução 435. No entanto, o plano de ação continha dois pontos controversos: a retirada cubana e o suporte à UNITA. Apesar de esta ser a primeira vez que cubanos e angolanos propuseram a retirada completa das FAR de Angola, essa retirada só aconteceria após a África do Sul cumprir com a retirada e a implantação da resolução. Além disso, a retirada cubana demoraria quatro anos para ser concretizada, o que era inaceitável para Pretória. Já quanto ao suporte à UNITA, a principal oposição era americana: Crocker deixou bem claro que Washington não permitiria o vínculo entre o apoio a Savimbi e as negociações.

Dessa forma, a retomada das negociações não obteve muito mais do que a promessa de um novo encontro, a ser realizado no continente africano. Porém, uma semana após a rodada de Londres, o governo do NP marcou uma nova discussão somente com Luanda, em Brazzaville[86]. A exclusão dos EUA e de Cuba dos debates foi defendida por Pretória com o discurso de que para problemas africanos, soluções africanas deviam ser encontradas. Alguns dias depois do encontro, parlamentares da África do Sul já repercutiam a idéia por trás da exclusão americana e cubana. L. C. Abrahams, parlamentar do Partido Trabalhista (LP – *Labour Party*) na Casa dos Representantes, falou em 16 de maio de 1988 que "as grandes potências devem deixar a África Austral", porque a "África pode resolver seus próprios problemas". Ele continuou e apontou a quem suas críticas iam:

---

[85] Para maiores informações sobre a rodada de Londres, ver: ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Summary minutes of exploratory discussions held in London, May 3-4, 1988 between a South African delegation and an Angolan delegation, facilitated by a delegation from the United States**. 1988d. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.min19880503.035.017.d1.18>. Acesso em: 21 set. 2011.

[86] Para maiores informações sobre a reunião de Brazzaville, ver: ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Summary minutes of the bilateral meeting held in Brazzaville, May 13, 1988 between delegations from the government of the Republic of South Africa and the Peoples Republic of Angola**. 1988e. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.min19880513.035.017.d1.18>. Acesso em: 21 set. 2011.

> Eu acredito que nem os Estados Unidos nem a Rússia estão fazendo o que é do interesse da África Austral. Ambos têm suas ideologias, interesses políticos de grandes potências egoístas. A África não irá trocar uma forma de colonialismo por outra. Nós que somos da África devemos resolver os problemas da África por nós mesmos. (ÁFRICA DO SUL, 1988b, p. 9918, tradução nossa).

No entanto, o encontro marcado por Pretória acontecia em um momento que a SADF ainda gozava de certa vantagem estratégica no sul de Angola. Ou seja, o governo do NP decidiu transformar a vantagem no teatro de operações em ganhos na mesa de negociações, antes que a balança de poder pudesse mudar – a África do Sul tinha conhecimento da movimentação cubana na província do Cunene. Por isso, que entre as requisições da comitiva sul-africana estava a retirada total das tropas cubanas como pré-requisito para a implementação da resolução 435. Contudo, essa foi a última tentativa de Pretória em solucionar a intervenção em Angola nos seus termos. O parlamentar R. R. Hulley, do Partido Federal Progressista (PFP – *Progressive Federal Party*), apontava, em discurso no dia 17 de maio, na Assembléia Nacional, que a presença sul-africana em Angola estava alterando-se:

> O que é também de grande importância a longo prazo [...] é a séria deterioração da nossa posição estratégica em Angola. Parece-me que o governo levou-nos tanto a um impasse diplomático quando a um impasse militar em Angola, o qual se tornará mais caro e vergonhoso para a África do Sul tanto quanto mais tempo se permitir continuar. O que é importante é que as FAPLA já estão fortes o suficiente para defender seu próprio território com sucesso e infligir perdas. Parecem também ter ganhado alguma superioridade aérea ou, pelo menos, parece que nós perdemos a clara superioridade aérea que um dia desfrutamos. (ÁFRICA DO SUL, 1988b, p. 9972, tradução nossa)

O fato é que com as posições angolanas estabilizadas, Havana decidiu avançar com suas tropas sobre a província do Cunene[87]. O objetivo estratégico de Castro é recuperar o controle da província e, assim, aumentar a pressão sobre os sul-africanos, criando uma nova frente de batalha junto à fronteira com a Namíbia, justamente em uma região vizinha da província do Ovamboland. Dessa forma, a próxima rodada de discussões mediada pelos EUA,

[87] O governo do MPLA não possuía o controle efetivo da província, considerada uma "terra sem dono". Contudo, a SADF possuía o controle aéreo da região, já que ela ficava ao norte da província de Ovamboland, terra natal da etnia ovambo (os ovambos eram os principais participantes da SWAPO).

realizada no Cairo, em 24 e 25 de junho, estava marcada pelo aumento da tensão militar entre as FAR e a SADF. Ainda assim, Pretória não aparentava estar disposta a apresentar uma contraproposta minimamente viável, já que no encontro solicitou a convocação de negociações para uma reconciliação nacional em Angola, não fez referências a Cuba enquanto um participante das negociações e propôs a retirada sincronizada das FAR de Angola e da SADF da Namíbia. Conforme Crocker (1993, p. 428) a África do Sul tentava ganhar nas negociações o que não havia ainda conseguido no campo de batalha. Porém, um guia de princípios feito pelos angolanos ajudou a alavancar a reunião. Após ler e trabalhar em cima desse guia, os sul-africanos apresentaram um projeto de documento conjunto, que se tornou a base do primeiro acordo do grupo: os Princípios de Nova Iorque, de 13 de julho.

Entretanto, um dia após a reunião do Cairo, a SADF lançou um ataque contra as forças combatentes cubanas no Cunene, o qual foi seguido pelo ataque das FAR à barragem de Calueque. A destruição de Calueque ficou conhecida como um dos principais eventos da campanha militar de Cuito Cuanavale. Assim como a destruição da 47ª brigada das FAPLA, no Lomba, em outubro de 1987, havia sido um ponto de inflexão na guerra – por marcar a clara superioridade da frente SADF/UNITA – Calueque também transformou o cenário militar na região. A crescente capacidade militar cubana aliada à diminuição do poder relativo sul-africano alteraram a balança de poder regional, criando uma vantagem estratégica para a frente FAR/FAPLA.[88] Em Calueque os cubanos conseguiram demonstrar que a superioridade aérea sul-africana[89] no sul de Angola estava diminuída, acabando com o domínio da SADF sobre a região e tornando-se uma grave ameaça à ocupação sul-africana da Namíbia. Além disso, Cuba havia até o momento conseguido defender Cuito Cuanavale da SADF/UNITA, apesar dos vários ataques sofridos. Assim, como Kagan-Guthrie (2009, p. 77-78) argumenta, ao perceber que estava enfrentando um inimigo muito bem armado e que a possibilidade de novas baixas era cada vez maior, tendo em vista a constante escalada do conflito, os sul-africanos decidiram abandonar as investidas contra a cidade.

Desse modo, com a percepção que sua projeção de poder na região era limitada e estava ameaçada, Pretória deu início a um processo de flexibilização de sua posição nas

---

[88] Cf.: BRANCO, 2003, p. 160; CATION, 2008, p. 1; KAGAN-GUTHRIE, 2009, p. 78 ; MCFAUL, 1990, p. 187-188; e PAZZANITA, 1991, p. 102..

[89] Conforme Cation (2008, p. 10) a Força Aérea sul-africana não conseguia repor as aeronaves perdidas em combate, devido ao embargo de armas, precisando inclusive repassar funções à Marinha, como o reconhecimento aéreo de longa distância. Além disso, o autor afirma que a SADF possuía uma rede de reconhecimento aéreo ineficiente. Gleijeses (2006, p. 42) argumenta que as vantagens militares cubanas repousavam no sistema de defesa aérea, e no número de aeronaves e tropas disponíveis.

negociações[90]. Essa maior flexibilidade tinha o intuito de administrar uma saída política para a guerra de fronteira contra Angola em um momento que a posição estratégica do país não o ajudava a barganhar ou pressionar por seus interesses nas discussões trilaterais. Contudo, o interesse sul-africano em um acordo não era fruto somente da nova realidade militar regional – apesar disso ser, como afirma McFaul (1990, p. 188), o catalisador para os acordos de paz. Opinião pública, crise econômica e agitação interna ajudaram na mudança da posição oficial sul-africana. Cada dia tornava-se mais difícil para o governo do NP explicar porque a SADF precisava intervir em favor de Savimbi e, com a morte de 12 soldados em Calueque, o eleitorado do NP aumentou a pressão sobre o governo: a presença dos militares na Namíbia era compreensível, mas cada vez menos aceitável[91], para os brancos da África do Sul; já a participação em Angola não fazia sentido. Além disso, os custos do envolvimento sul-africano em Angola não eram bem vistos internamente, ainda mais tendo em vista a grave crise financeira que o país estava passando, em parte por causa das inúmeras sanções internacionais, fruto da crescente pressão internacional. Ou seja, os altos custos humanos, diplomáticos e materiais que a presença da SADF no sul de Angola criava eram mais um incentivo para a retirada negociada da África do Sul. E como isso tudo alimentava as convulsões internas do país, Pretória começava a preocupar-se mais com a solução de seus problemas domésticos do que externos.

O medo sul-africano de que a campanha militar no sul de Angola pudesse se transformar no Vietnã africano, também serviu de incentivo para as mudanças na política externa de Pretória. Desde o começo da campanha que havia uma apreensão quanto a isso, como demonstrou o parlamentar R. R. Hulley, do PFP, em 14 de setembro de 1987: "Eu estou profundamente preocupado com a possibilidade que a África do Sul está lentamente, mas certamente, envolvendo-se em seu próprio tipo de Vietnã"[92]. Em 17 de maio de 1988, J. H. van der Merwe, parlamentar do CP, também remeteu a posição sul-africana à guerra no Vietnã: "O que, entretanto, causa ansiedade é o sentimento que se tem que o envolvimento da África do Sul na África do Sudoeste e em Angola está sendo prolongado de tal forma que ele está sendo referido como uma situação do tipo vietnamita" [93].

---

[90] Cf.: BRANCO, 2003, p. 160; KAGAN-GUTHRIE, p. 75; e MCFAUL, 1990, p. 187.

[91] Conforme Minter (1990, p. 148), pesquisas realizadas em 1988 mostraram que 57% dos brancos sul-africanos eram favoráveis a conversas entre Pretória e a SWAPO (contra um percentual de 33% em 1982). Além disso, Minter afirmar que as mesmas pesquisas demonstraram que 75% dos entrevistados não queriam o aumento dos gastos militares.

[92] ÁFRICA DO SUL, 1988a, p. 5889, tradução nossa.

[93] *Id*., 1988b, p. 9950, tradução nossa.

Dessa forma, apesar dos incidentes militares ocorridos em finais de junho, as conversações em Nova Iorque, realizadas entre 11 e 12 de julho, tiveram um saldo positivo, com a obtenção dos Princípios de Nova Iorque. Além disso, a delegação sul-africana fez concessões importantes durante as negociações. Ao fim do encontro, ambas as partes concordaram que a resolução 435 somente seria implantada após a retirada da SADF do território angolano. Mas sem avanços militares no teatro de operações, nenhuma das partes estava disposta a assinar um acordo mais significativo quanto ao fim das hostilidades. E novos ataques da SADF contra Cuito Cuanavale, na segunda quinzena do mês, abalaram as discussões futuras. Por isso, convocou-se uma reunião de emergência em Cabo Verde para que fosse possível cessar a guerra de fronteira sul-africana e realizar uma retirada *de facto* da África do Sul e de Cuba.

A reunião de Cabo Verde[94] ocorreu nos dias 22 e 23 de julho de 1988. Novamente, os sul-africanos tentaram ganhar na mesa de negociações, o que não tinham ganho no campo de batalha. Gendelhuys, sabendo que a saída da África do Sul era a principal solicitação de Luanda e Havana, propôs a retirada completa da SADF do sul de Angola, mas a vinculou ao deslocamento das tropas cubanas para o norte do país. No entanto, a nova posição estratégica das forças combatentes não favorecia a barganha política que Pretória tentava usar. Orientada pelas considerações cubanas, o encontro terminou com as partes consentindo que a retirada das tropas da África do Sul começaria, no máximo, até o dia 10 de agosto, e que, como garantia, os cubanos não desceriam abaixo da linha traçada entre as cidades de Ngiva e Chitado, a qual se localiza junto à fronteira com a Namíbia. Além disso, as delegações concordaram em estabelecer comissões conjuntas de acompanhamento e comunicações nos dois lados da fronteira. Porém, a decisão final dos pontos acordados ainda precisava ser aprovada pelas lideranças políticas de cada Estado.

Em Genebra[95], na quinta rodada de negociações, as partes apresentaram as contrapropostas delineadas entre as delegações e seus respectivos governos. Primeiros a falar, os sul-africanos apresentaram uma data para a implementação da resolução 435, a qual era requisitada constantemente por Luanda e Havana como garantia de comprometimento de Pretória com as discussões trilaterais. Conforme o calendário da África do Sul, um cessar-

---

[94] Para maiores informações sobre a rodada de Cabo Verde, ver: ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Summary of points of agreement and others discussed at the South African and Angola/Cuban military meetings.** 1988f. Disponível em:< http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.rep19880722.035.017.d1.18>. Acesso em: 21 set. 2011.

[95] Para maiores informações, ver: ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Minutes of plenay meetings held in Geneva**. 1988g. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.min19880802.035.017.d1.18>. Acesso em: 21 set. 2011.

fogo *de facto* deveria começar juntamente com o início da retirada da SADF de Angola, a qual estaria completa até o dia 1º de setembro de 1988. Além disso, a partir do dia 1º de novembro seria dado início à implementação da resolução 435, com as eleições na Namíbia devendo ocorrer no começo de junho de 1989. Até lá, a África do Sul completaria sua desocupação do território namibiano, com a mesma data-limite sendo imposta para os cubanos se retirarem de Angola. Por sua vez, a contraproposta de Luanda e Havana foi indeterminada pelas grandes concessões feitas por Pretória (cubanos e angolanos apenas apresentaram a redução da retirada das FAR de 48 para 42 semanas). Contestadas com uma proposta de retirada em apenas sete meses (no máximo dez, caso Cuba iniciasse sua saída do país imediatamente), mas sob pressão por causa das concessões sul-africanas, as delegações cubana e angolana preferiram deixar as discussões sobre a sua retirada para os próximos encontros. Porém, a publicação da proposta feita pela África do Sul em Genebra fez com que a pressão internacional sobre Castro e Dos Santos aumentasse, deixando-os na defensiva.

Da sexta até a nona rodada as negociações centraram-se no planejamento da retirada cubana de Angola, buscando diminuir a lacuna entre a proposta de Pretória e a de Havana. Contudo, a obtenção de um calendário final para a saída cubana do país não foi tão simples. A distância entre a posição da África do Sul e a de Cuba e Angola não se restringia somente aos 6 meses de diferença que as negociações conseguiram alcançar (os sul-africanos apoiaram uma retirada em 24 meses, enquanto cubanos e angolanos preferiram uma em 30 meses). Os Estados discordavam no número de tropas que deveriam voltar para Cuba no prazo de um ano (90% e 30%, respectivamente), assim como quando as FAR deveriam estar ao norte do paralelo 13 (quatro e doze meses, respectivamente) e quantos soldados seriam retirados como sinal de implementação do acordo (oito mil contra dois mil, respectivamente)[96]. Mas ao final da décima rodada, os Estado concordaram com uma proposta comum para a retirada cubana. Três mil homens deveriam voltar para Cuba assim que o acordo fosse assinado. Em compensação, 50% das tropas cubanas deveriam ser retiradas até o sétimo mês da implementação do calendário, com o restante das FAR posicionadas a norte do paralelo 13. Desse modo, 66% das forças combatentes cubanas estariam fora de Angola até o final do primeiro ano, com cinco mil tropas partindo nos próximos seis meses e um efetivo de doze mil soldados permanecendo no norte de Angola até o final da retirada, no vigésimo-sétimo mês.

[96] Crocker, 1993, p. 440.

Com a dissolução dos principais entraves das negociações, os dois encontros finais entre as partes, serviram apenas para a resolução das últimas formalidades, como a data de implementação da resolução 435 e o local e data da assinatura dos acordos de paz. Assim, em 13 de dezembro de 1988, os três Estados assinaram o protocolo de Brazzaville, no qual eles concordavam em recomendar ao Secretário-Geral da ONU o estabelecimento do dia 1º de abril de 1989 como o início da resolução 435, e indicavam o local e data da assinatura dos acordos: Nova Iorque, dia 22 de dezembro de 1988. O primeiro dos acordos foi assinado entre Cuba e Angola, e versava somente sobre a retirada cubana do país africano, nos mesmos moldes do que havia sido previamente acordado na décima rodada de negociações. O segundo acordo incluía a África do Sul e basicamente tratava do comprometimento das partes na implementação da resolução 435, a qual levaria a independência da Namíbia em 1990.

CONCLUSÃO

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a África Austral apresentou uma constante escalada dos conflitos internos e regionais. Fruto do regime de segregação racial sul-africano e dos movimentos de libertação nacional – assim como da interação entre esses grupos – a escalada dos conflitos na região teve seu ápice com a campanha militar de Cuito Cuanavale. Já durante a década de 1960 era possível perceber o constante atrito entre os movimentos hostis ao regime do *apartheid* e o governo do NP, principalmente nas questões envolvendo a ocupação irregular da Namíbia. As transformações na balança de poder regional na década de 1970 e o advento da Estratégia Nacional Total, do engajamento construtivo e da política do *linkage* nos anos 1980, fizeram as diferenças entre África do Sul e Angola crescerem substancialmente, afetando a dimensão de segurança na África Austral. Assim, o caminho para Cuito Cuanavale foi traçado através da ingerência sul-africana em Angola, com suas políticas de desestabilização, e da inserção dos conflitos regionais na dinâmica da Guerra Fria.

A partir da segunda metade da década de 1980, o impasse nas negociações de paz e o lançamento de ofensivas militares no sudeste de Angola demonstraram que uma solução política não era possível no momento. A seqüência de derrotas das FAPLA nos ataques à UNITA em 1985 e 1986, resultado da participação da SADF no teatro de operações, e os resultados morais que essas batalhas traziam, deterioraram ainda mais as relações entre Luanda e Pretória. Em 1987, após novas tentativas de negociações serem bloqueadas, uma nova campanha militar foi lançada a partir de Cuito Cuanavale. Dessa forma, como as pressões políticas não haviam surtido efeito na resolução dos conflitos, a opção pela projeção de poder militar apresentou-se como uma solução para os problemas regionais, proporcionando um desfecho negociado. Ou seja, a opção pela guerra foi feita segundo a lógica de que através da coação militar seria possível levar as partes beligerantes às discussões de paz (reafirmando o argumento de Clausewitz que a guerra é a continuação da política por outros meios). Além disso, as vitórias no campo de batalha serviriam como recurso de barganha política para a consecução dos fins políticos de cada Estado.

Em 1987, a ofensiva estratégica na campanha militar de Cuito Cuanavale foi desenvolvida por Luanda, com o apoio de Moscou. Planejada no contexto da guerra civil angolana, uma guerra ilimitada – conforme os conceitos de Clausewitz, já que apenas com a derrota total do inimigo a guerra acaba –, a campanha tinha o objetivo político de destruir as forças combatentes da UNITA, de tal forma que não fosse possível a Savimbi demonstrar

resistência – ou mesmo vontade de resistir. No entanto, os objetivos políticos de Angola e URSS não se limitavam à prostração do grupo armado. O MPLA almejava a obtenção de um cenário político menos conflituoso onde o partido pudesse governar *de facto* todo o país, enquanto a URSS buscava a manutenção do partido marxista no governo de Angola, garantindo assim uma balança de poder regional favorável – ou minimamente não desfavorável – a Moscou. Nesse cenário, os fins políticos aspirados pela UNITA não só tinham como meta a sua sobrevivência, mas também incluíam o seu desejo de instaurar uma ordem política distinta da do MPLA.

Com a entrada das tropas sul-africanas no conflito, a ofensiva soviético-angolana inseriu-se na guerra de fronteira da África do Sul, uma guerra limitada e que, portanto, apresentava finalidades políticas mais circunscritas do que as da guerra civil angolana. Na guerra de fronteira, Pretória tinha como objetivo político básico a perpetuação de seu domínio sobre a Namíbia ou, caso a ocupação sul-africana não fosse mais viável, o controle do processo de independência do território. Contudo, na campanha militar de Cuito Cuanavale, especificamente, Pretória teve como finalidade a manutenção do *status quo* da UNITA na região sudeste de Angola, já que o grupo de Savimbi funcionava como uma barreira física entre os atores regionais hostis ao regime do *apartheid* e a África do Sul. A UNITA, por sua vez, continuava com o mesmo objetivo político: sobreviver às investidas do MPLA. Já Luanda parecia preocupar-se com uma nova meta: retirar os sul-africanos definitivamente de Angola.

Mas a escalada sul-africana na guerra de fronteira foi seguida da entrada cubana na campanha militar. Havana, que possuía fins políticos maiores, como a preservação da independência e soberania angolana sob o governo do MPLA, apresentou objetivos mais sucintos na ofensiva de 1987: a obtenção de uma retirada honrosa das FAR em Angola. Como a situação não era favorável a Luanda e havia a possibilidade das FAPLA não somente perderem a campanha, mas serem pressionadas a negociações desvantajosas, Cuba optou pelo envolvimento de suas forças combatentes, de forma a conseguir vitórias no campo de batalha e na mesa de negociações. Ou seja, Cuba dispôs-se a negociar, mas considerando os ganhos dos adversários, precisou utilizar seus meios militares para atingir seu fim político, conforme a distinção feita por Aron. Enquanto isso, EUA e URSS acompanhavam e financiavam os conflitos a partir de Washington e Moscou. Na guerra de fronteira, as duas potências almejavam fins políticos opostos, mas coerentes com as dinâmicas da Guerra Fria. Os americanos possuíam o mesmo objetivo que os sul-africanos, ou seja, manter o *status quo* da

UNITA no sudeste angolano, enquanto os soviéticos mantinham-se firmes na manutenção do MPLA no governo de Angola.

A campanha teve início em abril de 1987 e somente acabou com a assinatura dos acordos de Nova Iorque em 1988. Durante esse período, a SADF/UNITA conseguiu repelir os ataques das FAPLA e, com o recuo dos angolanos, pôs-se na ofensiva, deslocando o campo de batalha da região do Lomba para a margem leste do rio Cuito. No entanto, a escalada cubana reverteu as perdas sofridas por Luanda e, a partir de março de 1988, as forças combatentes de Cuba e Angola assumiram a ofensiva estratégica, movendo suas tropas sobre a província do Cunene. Dessa forma, as FAR/FAPLA conseguiram alterar o equilíbrio de forças através da defesa de um alvo estratégico para os adversários (Cuito Cuanavale) e da tomada de uma região de importância estratégica para os sul-africanos (Cunene), produzindo ainda resultados morais significativos para o fim das hostilidades.

Os sul-africanos, que até fevereiro de 1988 tinham acumulado três meses de vitórias consecutivas e, conseqüentemente, alcançado grande poder de barganha política, foram constrangidos a voltar à mesa de negociações com a mudança na balança de poder regional propiciada pela atuação cubana. Conforme as discussões trilaterais se desenvolviam, tornava-se claro que Pretória não possuía mais a posição privilegiada de antes. Isso fez com que o governo do NP fosse coagido a realizar concessões que eram inimagináveis no ano anterior. Ao fim, a retirada sul-africana de Angola e o texto final dos acordos de Nova Iorque demonstraram que Cuba e Angola haviam vencido a campanha militar. Apesar da vitória não ter sido alcançada por um confronto decisivo no campo de batalha, a capacidade das FAR/FAPLA em produzir incerteza, através do combate e da ameaça de combate, foi fundamental para que as forças beligerantes vencessem os atritos no teatro de operações e levassem a disputa para a mesa de negociações[97].

A campanha militar de Cuito Cuanavale resultou em mudanças significativas na dimensão de segurança da África Austral e representou o fim de um processo histórico iniciado em 1948, com a implantação do regime do *apartheid*. O conflito terminou com a retirada das tropas cubanas do continente africano, assim como a retirada da SADF de território angolano. As negociações para pôr fim ao embate também resultaram na implementação da resolução 435 da ONU, levando à independência da Namíbia em 1990. Além disso, a campanha foi uma derrota política importante para o regime de Pretória. Um

[97] Echevarria (2007, p. 136, tradução nossa), em sua releitura de Clausewitz, argumenta que “[...] se batalhas e combates não ocorrem, é porque a antecipação dos seus prováveis resultados influenciou as decisões e ações das partes beligerantes.”

ano após o fim da campanha, em 1989, a sucessão presidencial levou ao poder de Klerk, que na abertura do parlamento admitiu o fracasso do regime e começou uma abertura política que culminaria, em 1994, com a eleição de Nelson Mandela à presidência da África do Sul. Neste sentido, a campanha militar de Cuito Cuanavale é importante para a compreensão do novo arranjo securitário que surge na região.

Cuito Cuanavale foi, assim, o centro de gravidade da guerra civil angolana, da guerra de fronteira sul-africana e da Guerra Fria na África Austral, tendo transformado a percepção de ameaça regional. A partir de então, em Angola, o governo do MPLA viu-se constrangido a negociar com a UNITA, já que com a resolução dos conflitos com a África do Sul e a retirada cubana, a pressão internacional voltou-se para a reconciliação nacional angolana. Além disso, tanto o MPLA quanto a UNITA tinham como sustentar operações militares de larga escala, mas não possuíam força o suficiente para exterminar um ao outro – o que é objetivo final em uma guerra ilimitada como a guerra civil angolana. Dessa forma, o caminho para as negociações foi aberto, resultando no acordo de Bicesse e nas eleições de 1992.[98] Enquanto isso, na África do Sul, a concordância de Pretória com a implementação da resolução 435 e posterior independência da Namíbia concluiu a guerra de fronteira sul-africana. A partir desse momento, a África do Sul iria passar por uma reforma política importante que poria um fim na política de desestabilização regional. Por fim, a resolução do conflito no sudeste de Angola de forma pacífica marcou a redução da interferência das duas superpotências na região, afastando a África Austral das dinâmicas da Guerra Fria três anos antes de seu fim oficial.

[98] Entretanto, logo após as eleições de 1992 os confrontos entre o MPLA e a UNITA foram retomados.

ANEXOS

Anexo 1: Conferências realizadas entre África do Sul e Angola de maio a dezembro de 1988.

Conferência	Data	Participantes	Acordos
Londres	3-4 de maio	África do Sul, Angola, Cuba e EUA	
Brazzaville	13 de maio	África do Sul e Angola	
Cairo	24-25 de junho	África do Sul, Angola, Cuba e EUA	
Nova Iorque	11-12 de julho	África do Sul, Angola, Cuba e EUA	Princípios de Nova Iorque
Cabo Verde	22-23 de julho	África do Sul, Angola, Cuba e EUA	
Genebra	2-5 de agosto	África do Sul, Angola, Cuba e EUA	Protocolo de Genebra
Brazzaville	24-26 de agosto	África do Sul, Angola, Cuba e EUA	
Brazzaville	6-10 de setembro	África do Sul, Angola, Cuba e EUA	
Brazzaville	26-28 de setembro	África do Sul, Angola, Cuba e EUA	
Nova Iorque	7-8 outubro	África do Sul, Angola, Cuba e EUA	
Genebra	11 de novembro	África do Sul, Angola, Cuba e EUA	
Brazzaville	30 de novembro a 03 de dezembro	África do Sul, Angola, Cuba e EUA	Protocolo de Brazzaville
Nova Iorque	22 de dezembro	África do Sul, Angola, Cuba e EUA	Acordos de Nova Iorque

FONTES

Biografias e memórias

CROCKER, Chester. **High noon in Southern Africa**. Joanesburgo: Jonathan Ball, 1993.

GELDENHUYS, Jannie. **At the front**: a general's account of South Africa' border war. Joanesburgo: Jonathan Ball, 2009.

MALAN, Magnus. **My life with the SA Defence Force**. Pretória: Protea Book House, 2006.

SHUBIN, Gennady (org.). **The oral history of forgotten wars**. Memoirs of veterans of the war in Angola. Moscou: Memories, 2007.

ZHDARKIN, Igor. **We did not see it even in Afghanistan**. Memoirs of a participant of the Angolan war (1986-1988). Moscou: Memories, 2008.

Discursos e entrevistas

BOTHA, R.F. Entrevista concedida a Dr. Sue Onslow, no dia 15 de Julho de 2008. 2008. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=former%20south%20african%20foreign%20minister%20rf%20pik%20botha%20in%20an%20interview&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww2.lse.ac.uk%2FIDEAS%2Fprogrammes%2FafricaProgramme%2Fpdfs%2FbothaInterview.pdf&ei=QpLGTsnjLMPcgQfpqb1C&usg=AFQjCNFqgXZovT3_xa_9I2ZllTDaUcvGJA&sig2=Tu-95Ih1Y6JIER356J1BGg>. Acesso em: 06 jun. 2011.

CASTRO, Fidel. **23rd anniversary of the assault on Moncada Barra**. 1976. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/castro/db/1976/19760726.html>. Acesso em: 13 jul. 2011.

CASTRO, Fidel. **Castro visit Isle of Youth**. 1985. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/castro/db/1985/19850530.html> Acesso em: 13 jul. 2011.

CASTRO, Fidel. **News conference in Quito**. 1988. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/castro/db/1988/19880816.html>. Acesso em: 13 jul. 2011.

Documentos e relatórios de órgãos estatais e organizações internacionais

ÁFRICA DO SUL. Assembléia Nacional. **Debates of Parliament (Hansard)**. Quinta sessão - Oitavo parlamento (18 maio 1987 – 01 fev. 1988). 1988a.

ÁFRICA DO SUL. Assembléia Nacional. **Debates of Parliament (Hansard)**. Sexta sessão - Oitavo parlamento (05 fev. 1988 – 30 set. 1988). 1988b.

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Defesa. **White Paper on Defence 1977**. 1977.

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Defesa. **A concise history of operation Moduler (phase one)**: May-October 1987. J. F. H. Collection. Caixa 30. [198-?].

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Report on my visit to Mocambique**: Mar 17 – Apr 3, 1962. 1962. Disponível em: http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.rep19620427.035.017.d1.18. Acesso em: 21 set. 2011.

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Discussion between State President P W Botha and Dr Chester Crocker, assistant secretary of State on Monday 11 February 1985 at 11 am**. 1985. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.rep19850211.035.017.d1.18>. Acesso em: 21 set. 2011.

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Summary notes of a meeting between a South African and United States delegation on the question of South West Africa/Namibia**. 1986. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.rep19860213.035.017.d1.18>. Acesso em: 21. Set. 2011.

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Meeting between directoor-general NP van Heerden and C. Crocker assistant secretary of state in Washington**. 1988c. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.min19880330.035.017.d1.18>. Acesso em: 21 set. 2011.

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Summary minutes of exploratory discussions held in London, May 3-4, 1988 between a South African delegation and an Angolan delegation, facilitated by a delegation from the United States**. 1988d. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.min19880503.035.017.d1.18>. Acesso em: 21 set. 2011.

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relaçõs Exteriores. **Summary minutes of the bilateral meeting held in Brazzavile, May 13, 1988 between delegations from the government of the Republic of South Africa and the Peoples Republic of Angola**. 1988e. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.min19880513.035.017.d1.18>. Acesso em: 21 set. 2011.

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Summary of points of agreement and others discussed at the South African and Angola/Cuban military meetings.** 1988f. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.rep19880722.035.017.d1.18>. Acesso em: 21 set. 2011.

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Exteriores. **Minutes of plenay meetings held in Geneva**. 1988g. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.min19880802.035.017.d1.18>. Acesso em: 21 set. 2011.

EUA. Conselho Nacional de Segurança. **National security study memorandum nº 39**. 1969. Disponível em: <http://nixon.archives.gov/virtuallibrary/documents/nssm/nssm_039.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2011.

EUA. Conselho Nacional de Segurança. **National security decision memorandum nº 38**. 1970. Disponível em: <http://nixon.archives.gov/virtuallibrary/documents/nsdm/nsdm_038.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2011

ONU. Assembléia Geral. **Resolução 2145**. 1966. Disponível em:<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/004/48/IMG/NR000448.pdf?OpenElement>. Acesso em: 26 ago. 2011.

ONU. Assembléia Geral. **Resolução 2372**. 1968. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/240/62/IMG/NR024062.pdf?OpenElement>. Acesso em: 26 ago. 2011.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 264**. 1969. Disponível em: <http://daccess-dds-y.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/250/87/IMG/NR025087.pdf?Open Element>. Acesso em: 26 ago. 2011.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 435**. 1978. Disponível em: <http://daccess-ods.un.org/TMP/9780594.html>. Acesso em: 26 ago. 2011.

ONU. Conselho de Segurança. **Propostas para uma solução da situação na Namíbia**. 1978. Disponível em: <http://daccess-ods.un.org/TMP/920789.2.html>. Acesso em: 26 ago. 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

______. **Pensar a guerra, Clausewitz**: a era européia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BIRMIGHAM, David. Angola revisited. **Journal of Southern African Studies**, v. 15, n. 1, p. 1-14, out. 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário de termos e expressões para uso do exército**. 2003. Disponível em: <http://www.esao.ensino.eb.br/paginas/cursos/cav/downloads/C_20_1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011

BREYTENBACH, Jan. **The Buffalo soldiers**: the story of South Africa's 32-Battalion 1875-1993. Alberton: Galago, 2002

BRIDGLAND, Fred. **The war for Africa.** Twelve months that transformed a continent. Gilbratar: Ashanti Publishing, 1990.

BRITTAIN, Victoria. Cuba and Southern Africa. **New Left Review**, v. 1, n. 172, p.117-124, nov.-dez. 1988.

BOOTH, Ken; VALE, Peter. Security in Southern Africa: After apartheid, beyond realism. **International Affairs**, v. 17, n. 2, p. 285-304, abr. 1995.

BRANCO, Luís. **A política externa sul-africana**: do apartheid a Mandela. Tese (Doutorado) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 2003.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers**: the structures of international security. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.

CASTRO, Celso; IZECHSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CATION, Anne. **The Cuban military, apartheid and the Cold War**: facilitators of the 1988 New York Peace Accords. 2008. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=%22cuban%20military%2C%20apartheid%20and%20the%20cold%20war%22&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Falexandroffclass.iglooeducation.org%2Fdownload%2Fwinter2007%2Fstudenta%2Ffinaless%2Ffacilitato%3Fattachment%3D1&ei=gGnGTomOBYXlggf4ncxw&usg=AFQjCNGoYa2S4sjQjLcuur56WtlZHiwjyw&sig2=lCcfy3sPuUZ-mWd8tuSxuA>. Acesso em: 17 jul. 2011.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. Nova York: Oxford University Press, 2007.

CORNEVIN, Marianne. **O *apartheid*:** poder e falsificação histórica. Lisboa: Edições 70, 1979

CROCKER, Chester. South Africa: Strategy for Change. **Foreigns Affairs**, v. 59, n. 2, 1980, p. 323-351.

DINIZ, Eugênio. Epistemologia, História e Estudos Estratégicos: Clausewitz versus Keegan. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 39-90, jan./jun. 2010.

DAVIES, J.E. **Constructive engagement?** Chester Crocker and American policy in South Africa, Namibia and Angola, 1981-8. Joanesburgo: Jacana Media, 2007.

DAVIES, Robert; O'MEARA, Dan. Total Strategy in Southern Africa: an analysis of South Africa regional policy since 1978. **Journal of Southern African Studies**, v. 11, n. 2, p. 183-211, abr. 1985.

DAVIS, Robert. Post-apartheid scenarios for the Southern African region. **Transformation**, v. 11, 1990.

DÖPCKE, Wolfgang. Uma nova política exterior depois do *apartheid*? – Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 1, p. 133-161, 1998.

DOSMAN, Edgar. Countdown to Cuito Cuanavale: Cuba's Angolan Campaign. *In*: BAINES, Gary; VALE, Peter. **Beyond the Border war**. Pretória: UNISA Press, 2008.

DUARTE, Érico. **O conceito de logística de Clausewitz e seu teste pela análise crítica da Campanha de 1777 em Saratoga**. 2009, 475 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ECHEVARRIA II, Antulio. **Clausewitz and contemporary war**. Nova York: Oxford University Press, 2007

EVANS, M. The front-line State, South Africa and Southern African security: military prospects and perspectives. **Zambezia**, v. XII, p. 1-19, 1984.

GRAY, Colin. **Strategy and History**. Nova York: Routledge, 2007.

GEORGE, Edward. **The Cuban intervention in Angola, 1965-1991**. Nova York: Frank Cass, 2005.

GLEIJESES, Piero. **Conflicting missions**: Havana, Washington and Africa 1959-1976. Alberton: Galago, 2003.

GLEIJESES, Piero. Moscow's Proxy? Cuba and Africa 1975-1988. **Journal of Cold War Studies**, v. 8, n. 2, p. 3-51, 2006.

GLEIJESES, Piero. Cuba and the independence of Namibia. **Cold War History**, v. 7, n. 2, p. 285-303, 2007.

GONZALES, David. Cuban-African relations: nationalist roots of an international policy. **Review of African Political Economy**, v. 27, n. 84, p. 317-323, 2000.

HAMANN, Hilton. **Days of the generals**: the untold story of South Africa's apartheid-era military generals. Cidade do Cabo: Zebra Press, 2008.

HEITMAN, Helmoed-Römer. **War in Angola**. Gibraltar: Ashanti Publishing, 1990.

HEITMAN, Helmoed-Römer. **Modern African Wars**: South-West Africa. Londres: Osprey, 1991.

HENIGHAN, Stephen. The Cuban fulcrum and the search for a transatlantic revolutionary culture in Angola, Mozambique and Chile, 1965-2008. **Journal of Transatlantic Studies**, v. 7, n. 3, p. 233-248, 2009.

HERBSTEIN, Denis; EVENSON, John. **The devils are among us**: the war for Namibia. Londres: Zed Press, 1989.

JORDAAN, Evert. The role of South African Armour in South-West Africa/Namibia and Angola: 19755-1989. **Journal for contemporary history**, v. 31, n. 3, p. 161-186, 2006.

KAGAN-GUTHRIE, Zachary. Chester Crocker and the South African Border War, 1981-1989. **Journal of Southern African Studies**, v.35, n. 1, p. 65-80, 2009.

KAHN, Owen. Cuba's impact in Southern Africa. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 29, n. 3, p. 33-54, 1987.

KASRILS, Ronnie. **Turning point at Cuito Cuanavale**. Disponível em: <http://www.iol.co.za/news/world/turning-point-at-cuito-cuanavale-1.393891>. Acesso em: 01 maio 2011.

LABUSCHAGNE, Bernice. **South Africa's intervention in Angola**: before Cuito Cuanavale and thereafter. 2009, 74p. Dissertação (Mestrado) – Master of Arts (International Studies), Stellenbosch University, Stellenbosch, 2009.

LORD, Dick. **From fledgling to eagle**: the South African Airforce during the Border War. Joanesburgo: 30º South Publishers, 2008, p.367-455.

MCFAUL, Michael. The demise of the world revolutionary process: Soviet-Angolan relations under Gorbachev. **Journal of Southern African Studies**, v. 16, n. 1, p. 165-189, mar. 1990.

MINTER, William. The US and the war in Angola. **Review of African Political Economy**, n. 50, p. 135-144, mar. 1991.

MINTER, William. **Apartheid's contras**: an inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique. Londres: Zed Press, 1994.

NORTJE, Piet. **32 Battalion**: the inside story of South Africa's elite fighting unit.

PAZZANITA, Anthony. The conflict resolution process in Angola. **The Journal of Modern African Studies**, v. 29,n. 1, p. 83-114, mar. 1991.

PARET, Peter. **Makers of modern strategy**: from Machiavelli to the nuclear age. Princeton: Princeton University Press, 2007.

______. **Clausewitz and the State**: the man, his theories, and his times. Princeton: Princeton University Press, 2007.

PYCROFT, Christopher. The forgotten tragedy. **Journal of Southern African Studies**, v. 20, n. 2, p. 241-262, jun. 1994.

SANEY, Isaac. African Stalingrad. The Cuban revolution, internationalism and the end of apartheid. **Latin American Perspectives**, v. 33, n. 50, p. 81-117, set. 2006.

SANCHES, Marcos. A Guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, abr. 2010. Disponível em:< http://www.historiamilitar.com.br/Artigo1RBHM1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.

SIERRA, Lázaro Cárdenas. **Angola e África Austral**: apontamentos para a história do processo negocial para a paz (1976-1992). Luanda: Mayamba Editora, 2010.

SHUBIN, Vladimir. Unsung heroes: the Soviet military and the liberation of Southern Africa. **Cold War History**, v. 7, n. 2, p. 251-262, 2007.

SHUBIN, Vladimir; TOKAREV, Andrei. War in Angola: a Soviet dimension. **Review of African Political Economy**, v. 28, n. 90, p. 607-618, 2001.

TVEDTEN, Inge. U.S. Policy towards Angola since 1975. **The Journal of Modern African Studies**, v. 30, n. 1, p. 31-52, mar. 1992.

TEIXEIRA, Nuno. A história militar e a historiografia contemporânea. **Nação e Defesa**, Lisboa, v. XVI, n. 59, p. 53-71, 1991.

VANNEMAN, Peter. **Soviet strategy in Southern Africa**: Gorbachev's pragmatic approach. Stanford: Hoover Press, 1990, p. 1-12 / 45-57.

VISENTINI, Paulo; RIBEIRO, Dario; PEREIRA, Analúcia. **Breve história da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VISENTINI, Paulo. **A África moderna**: um continente em mudança (1960-2010). Porto Alegre, Leitura XXI, 2010.

VISENTINI, Paulo. **A África na política internacional**: o sistema interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Jiruá Editora, 2010.

WILLIAMS, David. **On the Border**: the white South African military experience (1965-1990). Cidade do Cabo: Tafelberg, 2008.